
**PARTICIPAÇÃO FEMININA
NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA:**
um levantamento do resultado das eleições
municipais (1992 a 2000) e estaduais e federais
(1994 a 2002)

**4ª edição
Revista e atualizada**

IBAM - 2003

**PARTICIPAÇÃO FEMININA NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA:
Um Levantamento do Resultado das Eleições Municipais (1992 a
2000) e Estaduais e Federais (1994 a 2002)**

Trabalho realizado pelo Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas
Área de Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto Brasileiro de Administração
Municipal

Copyright 2003 Instituto Brasileiro de Administração Municipal
Largo IBAM, nº 1 – 22271-070 – Rio de Janeiro – RJ
Tel. (55-21) 2536-9797 – Fax (55-21) 2527-5146
E-mail: ibam@ibam.org.br
Web : www.ibam.org.br

Equipe da Área de Desenvolvimento Econômico e Social

Superintendente

Angela Maria Mesquita Fontes

Coordenadora do Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas

Delaine Martins Costa

Estagiária (4ª edição)

Viviane Araujo Tanner Perez

Estagiária (3ª edição)

Haydée Glória Cruz Caruso

Estagiário (1ª e 2ª edições)

Luciano Ximenes Aragão

Assessora Técnica (1ª e 2ª edições)

Maria França e Leite Velloso

Colaboração

Coordenador do Núcleo de Articulação Político-Institucional

François de Bremaeker

Sumário

Apresentação à quarta edição

Apresentação à terceira edição

Apresentação à primeira e segunda edições

***Gênero, representação e liderança feminina na política municipal:
Prefeitas brasileiras (2001-2004)***

Tópicos

1- Prefeitos (as)

- Tabelas

- 1.1 Prefeitos(as) eleitos(as), por sexo, para o período 2001/2004, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação
- 1.2 Prefeitas eleitas, por Grandes Regiões e Unidades da Federação, para o período 2001/2004, segundo faixas de população
- 1.3 Prefeitas eleitas, por Grandes Regiões, para o período 2001/2004, segundo os partidos políticos
- 1.4 Prefeitos(as) eleitos(as), por sexo, para o período 1997/2000, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação
- 1.5 Prefeitas eleitas, por Grandes Regiões e Unidades da Federação, para o período 1997/2000, segundo faixas de população
- 1.6 Prefeitas eleitas, por Grandes Regiões, para o período 1997/2000, segundo os Partidos Políticos e Coligações
- 1.7 Prefeitos(as) eleitos(as), por sexo, para o período 1993/1996, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação
- 1.8 Prefeitas eleitas por períodos de gestão, segundo as Grandes Regiões
- 1.9 Proporção de Prefeitos(as) eleitos(as), por sexo, por períodos de gestão, segundo as Grandes Regiões

- Gráficos

- 1.1 Prefeitos(as) eleitos(as), por sexo, para o período 2001/2004, segundo as Grandes Regiões
- 1.2 Prefeitas eleitas, por Grandes Regiões, para o período 2001/2004, segundo faixas de população

- 1.3 Prefeitas eleitas, por Grandes Regiões, para o período 2001/2004, segundo os Partidos Políticos
- 1.4 Prefeitos(as) eleitos(as), por sexo, para o período 1997/2000, segundo as Grandes Regiões
- 1.5 Prefeitas eleitas, por Grandes Regiões, para o período 1997/2000, segundo faixas de população
- 1.6 Prefeitas eleitas, por Grandes Regiões, para o período 1997/2000, segundo os Partidos Políticos
- 1.7 Prefeitos(as) eleitos(as), por sexo, para o período 1993/1996, segundo as Grandes Regiões
- 1.8 Prefeitos(as) eleitos(as), por sexo, para os períodos 2001/2004, 1997/2000 e 1993/1996, segundo as Grandes Regiões

2 - Vereadores(as)

- Tabelas

- 2.1 Vereadores(as) eleitos(as), por sexo, para o período 2001/2004, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação
- 2.2 Vereadores(as) eleitos(as), por sexo, para o período 1997/2000, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação
- 2.3 Vereadores(as) eleitos(as), por sexo, para o período 1993/1996, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação

- Gráficos

- 2.1 Vereadores(as) eleitos(as), por sexo, para o período 2001/2004, segundo as Grandes Regiões
- 2.2 Vereadores(as) eleitos(as), por sexo, para o período 1997/2000, segundo as Grandes Regiões
- 2.3 Vereadores(as) eleitos(as), por sexo, para o período 1993/1996, segundo as Grandes Regiões
- 2.4 Vereadores(as) eleitos(as), por sexo, para os períodos 2001/2004, 1997/2000 e 1993/1996, segundo as Grandes Regiões

3 - Deputados(as)

- Tabelas

- 3.1 Deputados(as) Estaduais eleitos(as), por sexo, para o período 2003/2006, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação
- 3.2 Deputados(as) Estaduais eleitos(as), por sexo, para o período 1999/2002, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação
- 3.3 Deputados(as) Estaduais eleitos(as), por sexo, para o período 1995/1998, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação
- 3.4 Proporção de Deputados(as) Estaduais eleitos(as), por sexo, para os períodos 1995/1998, 1999/2002 e 2003/2006, segundo as Grandes Regiões
- 3.5 Deputados(as) Federais eleitos(as), por sexo, para o período 2003/2006, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação
- 3.6 Deputados(as) Federais eleitos(as), por sexo, para o período 1999/2002, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação
- 3.7 Deputados(as) Federais eleitos(as), por sexo, para o período 1995/1998, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação
- 3.8 Proporção de Deputados(as) Federais eleitos(as), por sexo, para os períodos 1995/1998, 1999/2002 e 2003/2006, segundo as Grandes Regiões

- Gráficos

- 3.1 Deputados(as) Estaduais eleitos(as), por sexo, para o período 2003/2006, segundo as Grandes Regiões
- 3.2 Deputados(as) Estaduais eleitos(as), por sexo, para o período 1999/2002
- 3.3 Deputados(as) Estaduais eleitos(as), por sexo, para o período 1995/1998
- 3.4 Deputados(as) Estaduais eleitos(as), por sexo, para os períodos 2003/2006, 1999/2002 e 1995/1998
- 3.5 Deputados(as) Federais eleitos(as), por sexo, para o período 2003/2006, segundo as Grandes Regiões
- 3.6 Deputados(as) Federais eleitos(as), por sexo, para o período 1999/2002, segundo as Grandes Regiões
- 3.7 Deputados(as) Federais eleitos(as), por sexo, para o período 1995/1998, segundo as Grandes Regiões
- 3.8 Deputados(as) Federais eleitos(as), por sexo, para os períodos 2003/2006, 1999/2002 e 1995/1998, segundo as Grandes Regiões

4 - Senadores(as)

- Tabelas

- 4.1 Senadores(as) eleitos(as), por sexo, para os períodos 1997/2007 e 2003/2011, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação
- 4.2 Senadoras eleitas, por Grandes Regiões, para o período 2003/2011, segundo os Partidos Políticos
- 4.3 Senadoras eleitas, por Grandes Regiões, para o período 1999/2007, segundo os Partidos Políticos

- Gráficos

- 4.1 Senadores(as) eleitos(as), por sexo, para os períodos 1999/2007 e 2003/2011, segundo as Grandes Regiões
- 4.2 Senadoras eleitas, por Grandes Regiões, para o período 2003/2011, segundo os Partidos Políticos
- 4.3 Senadoras eleitas, por Grandes Regiões, para o período 1999/2007, segundo os Partidos Políticos

5 - Governadores(as)

- Tabelas

- 5.1 Governadores(as) eleitos(as), por sexo, para o período 2003/2006, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação
- 5.2 Governadores(as) eleitos(as), por sexo, para o período 1999/2002, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação
- 5.3 Governadores(as) eleitos(as), por sexo, para o período 1995/1998, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação

- Gráficos

- 5.1 Governadores(as) eleitos(as), por sexo, para os períodos 2003/2006, 1999/2002 e 1995/1998, segundo as Grandes Regiões

6 - Glossário de Siglas

Apresentação à quarta edição

Dando continuidade à atualização das informações relativas à representação feminina na política, é com satisfação que o IBAM, no ano que comemora seu cinquentenário, lança a quarta edição da publicação *“Participação feminina na construção da democracia: um levantamento do resultado das eleições municipais (1992 a 2000), estaduais e federais (1994 a 2002)”*.

Desde a primeira edição, lançada em 1996, nosso objetivo foi o de reunir informações relacionadas à eleição de mulheres no Legislativo e no Executivo, visando, assim, subsidiar os trabalhos do IBAM e de outras entidades. Se naquela ocasião, empreendemos um esforço coletivo para disponibilizar os dados desagregados por sexo, nas demais edições já pudemos contar com os dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE – que permitiram identificar e acompanhar os resultados das eleições, viabilizando, assim, uma visão comparativa e compreensiva da política no que se refere ao acesso de homens e mulheres aos cargos eletivos.

Na presente edição, apresentamos tabelas e gráficos, elaborados com base em dados desagregados por sexo relativos aos resultados da última eleição (2002), bem como daquelas realizadas na década de 1990 para o executivo e legislativo municipais, estaduais e federal. Também incluímos o artigo *Gênero, representação e liderança feminina na política municipal: as Prefeitas brasileiras (2001-2004)*, escrito por Delaine Martins Costa, tomando como referência os resultados da pesquisa *As mulheres na política municipal: as Prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004*, desenvolvida pelo IBAM, com o inestimável suporte do Programa de Apoio a Representação e Liderança Feminina – PROLID, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, coordenado por Ana Maria Brasileiro, cuja influência sobre os trabalhos do Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas, desde a sua criação, é uma constante.

O artigo foi escrito para apresentação no painel *Gênero, Democracia e Desenvolvimento Local*, realizado na Expo Brasil Desenvolvimento Local, promovida pela Rede DLIS, que reuniu, em Brasília/DF, no período de 20 a 23 de novembro de 2002, diversas entidades que desenvolvem trabalhos e metodologias voltadas para a intervenção em processos de desenvolvimento local integrado e sustentável. Considerando a imbricação da agenda federal e municipal na definição das políticas públicas e que o debate sobre desenvolvimento local não pode prescindir da discussão sobre a democracia, o painel teve por objetivo apresentar reflexões que articulassem questões sobre a relação entre a representação e a liderança feminina na política (municipal, estadual e federal) e o desenvolvimento, tomando como referência trabalhos realizados pelo IBAM, pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM/RJ e pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA.

Considerando-se a dinâmica da arena política e a mobilidade dos agentes políticos eleitos, optamos por apresentar os dados desagregados por sexo referidos exclusivamente aos eleitos. Como sabemos, muitas vezes representantes eleitos para o legislativo são convidados a ocupar cargos no executivo, cabendo ao suplente a representação do mandato. Destacam-se também situações de agentes políticos que por licença, renúncia ou perda de mandato, são afastados do cargo. Há também casos de assassinato, como o que ocorreu em Jitaúna, na Bahia, tendo sido a Prefeita substituída pelo seu vice-Prefeito. Estes e outros fatores tornam um desafio a manutenção de um sistema de dados atualizado e com informações que permitam acompanhar a trajetória dos eleitos –

especialmente no caso do Legislativo Municipal, que reúne um total de 58.704 Vereadores.

Os dados apresentados na presente publicação sobre os Prefeitos eleitos, homens e mulheres, eleitos daqueles disponibilizados pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais – PIM (2001), realizada pelo IBGE, na qual foi identificado um número maior de Prefeitas. A diferença entre os número apresentados pelo IBGE e pelo TSE explica-se por diferentes razões.

A principal delas refere-se ao fato de que na contagem do IBGE estão incluídas as Vice-Prefeitas eleitas que, por ocasião da pesquisa realizada para o PIM, haviam assumido o mandato de Prefeita. Este é o caso dos seguintes Municípios cujo contato telefônico permitiu confirmar os dados: (1) Nova União/RO; (2) Maracaçumé/MA; (3) Ipu/CE; (4) São Gotardo/MG; (5) Campinas/SP; (6) São Vicente do Sul/RS ;(7) Jaicós/Pi; (8) Canindé do São Francisco/SE; (9). Meridiano/SP.

Uma outra razão explicativa de tais diferenças está relacionada ao fato de Prefeitas terem concorrido e ganho a eleição, embora o TSE não as tenha contabilizado, como nos casos, a seguir, que pudemos confirmar: (1)Grajaú/MA; (2) Campos Sales/CE; (3) Guaraçai/SP; (4)Itaperuçu/PR; (5) Sabino/SP e (6) Vila Rica/MT.

Os contatos realizados por telefone visando checar as informações levaram a arrolar um conjunto de situações relacionadas à eleição de mulheres no Executivo Municipal. Para efeitos da presente publicação e compreensão da eleição de mulheres ao longo do tempo, preferimos, como já dito, apresentar os números tal como disponibilizados pelo TSE em sua *homepage* – isto é, 318 Prefeitas – , mesmo cientes de que há ajustes a serem feito nesta contagem, os quais elevariam para 324 o número de Prefeitas.

Esperamos que a quarta edição da publicação contribua para os estudos que vêm se ampliando acerca da representação feminina na política, os quais têm fornecido importantes análises para a compreensão do campo político e sua dinâmica no que se refere à dificuldade, ainda presente, nas sociedades democráticas de aumentar o número de mulheres eleitas.

Angela M. Mesquita Fontes
*Superintendente de Desenvolvimento
Econômico e Social*

Delaine Martins Costa
*Coordenadora do Núcleo de Estudos
Mulher e Políticas Públicas*

Apresentação à terceira edição

Considerando a adoção do sistema de cotas nas eleições proporcionais municipais (Lei 9.100/95), estaduais e federais (Lei 9.504/97), o IBAM, por intermédio do seu Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas, intensificou suas atividades voltadas para a capacitação e acompanhamento da representação feminina na política.

Lançamos, agora, a publicação *A Participação Feminina na Construção da Democracia*, que incorpora dados apresentados nas duas edições anteriores do documento *Participação Feminina no Governo Local: Construindo a Democracia*, que enfocava os resultados das eleições Municipais de 1992 e 1996. A presente publicação reúne, sob novo formato, dados relativos as duas últimas eleições municipais, bem como os resultados das eleições estaduais e federais, realizadas, respectivamente, em 1994 e 1998.

Ao lançar a atual publicação, aproveitamos para retificar alguns dados dos resultados das eleições municipais que nos foram gentilmente fornecidos por Tribunais Regionais Eleitorais e pelo Tribunal Superior Eleitoral. Por este motivo, o número de Prefeitas eleitas para o Estado do Pará, para o período 1996-2000, foi alterado de 10 para 12. Também alteramos o número de Vereadoras eleitas, para o período 1997-2000, no Estados do Rio Grande do Sul (de 451 para 467), do Paraná (385 para 388) e de Santa Catarina (de 260 para 269). No caso do Estado de São Paulo, identificamos imprecisões nas informações o que nos levou a corrigir não só o número de Vereadoras eleitas (de 730 para 764), mas também o de Vereadores (7.050 para 8611).

O processo de retificação dos dados acima mencionados foi possível porque entidades parceiras do IBAM, no projeto *Seminário para Prefeitas e Vereadoras: A Participação Igualitária da Mulher nas Instâncias Decisórias nos Municípios Brasileiros*, apoiado pelo BID e implementado em 1998, nos encaminharam informações. Aproveitamos para agradecer a atenção e a dedicação da Profª Maria Luzia Miranda Alvares, Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas "Eneida de Moraes" sobre Mulher e Relações de Gênero, da Universidade Federal do Pará, e de Neusa Freire Dias, da Associação Casa da Mulher Catarina, de Florianópolis.

Também aproveitamos para manifestar nossos agradecimentos a todos que nos ajudaram na identificação das diversas informações, seja pelo envio de documentos, seja pelos esclarecimentos e sugestões fornecidas. Entre eles, agradecemos a Maria Teresa Carolina de Souza Gouveia (técnica da Consultoria Jurídica do IBAM), a Clara Araújo (do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro), a equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA e a Profª Céli Regina Jardim Pinto, do Programa de Pós-graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A participação feminina na política tem produzido significativas questões para a problematização do campo político. O IBAM e o seu Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas esperam poder contribuir para este debate que, a cada eleição, lança novas questões sobre a participação política.

Apresentação a primeira e segunda edições

As eleições municipais de 1996 imprimiram um novo caráter ao processo democrático brasileiro, pois pela primeira vez na história do país, contou-se com uma estratégia – a ação afirmativa – para reduzir as desigualdades entre homens e mulheres no campo político. De acordo com a Lei nº 9.100, adotou-se uma medida para redução das desigualdades de gênero: a incorporação do sistema de cotas onde todos os partidos políticos reservaram, no mínimo, 20% de suas candidaturas para as mulheres.

Foram realizadas várias ações e, entre elas, a *Campanha Mulheres sem Medo do Poder*, reunindo órgãos governamentais, ONGs e a Bancada Feminina do Congresso Nacional, para que os partidos não só cumprissem a lei mas que também houvesse um maior número de mulheres eleitas, aumentando assim a participação feminina em nível local.

Inserido nessa *Campanha*, destaca-se o projeto de capacitação de candidatas (***A Participação Igualitária da Mulher nas Instâncias Decisórias nos Municípios Brasileiros***) realizado pelo IBAM, em parceria com diversas entidades (ONGs, Núcleos Universitários, organismos governamentais voltados para os direitos da mulher) e com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM. Constituído por treinamentos realizados em 15 cidades do país e com a presença de cerca de 800 participantes, o projeto teve por objetivo oferecer informações que subsidiassem a ação política e o discurso de campanha de modo a ampliar as condições de disputas eleitorais.

Dando continuidade ao acompanhamento da participação feminina na política, o IBAM, após o período eleitoral, entrou em contato com o Tribunal Superior Eleitoral – TSE – e os Tribunais Regionais Eleitorais – TREs – para obter o resultado, desagregado por sexo, das eleições municipais. Na mesma ocasião, solicitou aos TREs os resultados das eleições para o período 1993-96 para que pudesse, então, compará-los com os da última eleição. Aproveitamos para agradecer ao TSE e aos TREs por terem atendidos ao nosso pedido, viabilizando, assim, a sistematização dos dados que seguem.

Os resultados, reunidos em tabelas e gráficos, foram preparados para subsidiar as atividades do IBAM. Contudo, dada a intensa demanda por tais informações e o seu valor para os estudiosos do tema, o IBAM resolveu disponibilizá-los, produzindo, assim, alguns exemplares sob a forma de publicação. Rapidamente os exemplares foram adquiridos por pessoas interessadas no tema, o que nos levou a preparar uma nova edição. Esta segunda edição inclui um texto que trata da relação entre gênero, democracia e sistema de cotas, tomando como objeto de análise o resultado das eleições municipais de 1996. O texto foi preparado para a Fundação Konrad Adenauer e publicado em sua série Papers. Esta edição também traz uma nova tabela que apresenta a distribuição dos Prefeitos eleitos em 1996, por sexo, segundo os grupos de habitantes das cidades em que se elegeram. Chamamos a atenção para a correção, em relação à edição anterior, do número de Municípios do Estado de Alagoas: 101.

O IBAM e o seu Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas esperam que os resultados permitam, a todos aqueles envolvidos com esse tema, uma melhor compreensão sobre a participação e representação feminina na construção da democracia. Também desejamos que este levantamento contribua para a realização de estudos sobre a participação feminina na política, fornecendo assim subsídios para a redução das desigualdades de gênero.

Gênero, representação e liderança feminina na política municipal: Prefeitas brasileiras (2001-2004)*

Delaine Martins Costa

Ao longo das duas últimas décadas tem sido possível acompanhar a discussão sobre a consolidação da democracia e as suas múltiplas formas de exercício, considerando-se aí o aumento da participação feminina no campo político. Por outro lado, o termo gênero passou a ser incorporado ao vocabulário das políticas públicas e das agências de cooperação, permeando diferentes esferas institucionais. Ambos os campos de debate levam à interseção entre o mundo da política por intermédio da representação pelo voto e o das reivindicações em termos de necessidades e de direitos.

A exclusão da mulher da política é uma recorrência, não sendo o Brasil um caso à parte: seja na esfera municipal, estadual ou federal, seja no legislativo ou no executivo a representação feminina é baixa e não ultrapassa os 13% dos cargos eletivos. Ao mesmo tempo em que as mulheres dos movimentos sociais e dos movimentos feministas passam a compor um ideário e uma pauta de reivindicações que mesclam múltiplos interesses, o percentual de mulheres eleitas amplia timidamente. Por um lado, cabe investigar percepções das mulheres que se inserem no campo político, e por outro os aspectos mais relevantes de sua trajetória e da gestão.

Para pensar as políticas de desenvolvimento local e as questões que se apresentam nesse debate¹, torna-se necessário articulá-las à representação feminina na política e à constituição de porta-vozes das demandas tidas como femininas. Em outras palavras, cabe investigar se desenvolvimento local enfeixa relações de poder que contribuem para ampliar a assimetria entre homens e mulheres no campo político e como os interesses de diferenciados segmentos da população feminina e masculina são incorporados nas políticas públicas?

Para aproximar-se dessas questões e fornecer subsídios para a discussão acerca do desenvolvimento local, o presente trabalho toma como referência e apoia-se nos resultados da pesquisa² "*As mulheres na política municipal: as Prefeitas brasileiras na*

* Versão elaborada com base no Relatório Final da pesquisa *As mulheres na política municipal: as Prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004*, realizada pelo IBAM, com o apoio do BID-PROLID, apresentada na Expo Brasil Desenvolvimento Local, realizada em Brasília, no período de 20 a 23 de novembro de 2002, Painel *Gênero, Democracia e Desenvolvimento Local*.

¹ As políticas de desenvolvimento local têm sido incorporadas à discussão sobre políticas públicas e o termo desenvolvimento local recebe diferentes definições, as quais aglutinam idéias tais como: igualdade, justiça social, participação, desenvolvimento econômico e social. No presente artigo o termo é utilizado para designar "um processo de concertação entre atores sociais, gerado no âmbito de um território determinado, com o propósito de impulsionar um projeto comum que combine o desenvolvimento econômico com a equidade, a mudança social e cultural, a sustentabilidade, o enfoque de gênero, a qualidade e o equilíbrio espacial e territorial visando elevar a qualidade de vida e o bem-estar da família e dos cidadãos que vivem nesse território ou localidade" (cf. DelNet Gender Equality. *Unidad Didáctica 1 – El orden de género y sus expresiones en la sociedad y en el territorio*, Grupo 2002, p.7 OIT/Centro Internacional de Formación). Há diversas fontes de consulta sobre essa literatura, entre elas ver: DelNet Gender Equality. Programa a distancia de formación, información, asistencia técnica y trabajo en red de desarrollo local. OIT/Centro Internacional de Formación (<http://www.itcilo.it/delnet>).

² A pesquisa foi realizada pelo Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Para maiores informações ver o relatório final: *As mulheres na política municipal: as Prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004*. IBAM/BID-PROLID, 2002.

gestão 2001-2004”, realizada sob o patrocínio do Programa de Apoio a Representação e Liderança Feminina – PROLID, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. A pesquisa teve por objetivo investigar os atributos social, econômico e político das mulheres que, em 2000, foram eleitas para Prefeitas para a gestão 2001-2004. Para o presente trabalho foram selecionados alguns planos de análise, entre os quais destacam-se: apoios políticos recebidos pelas Prefeitas; formas de engajamento político; competências valorizadas para o exercício do cargo; constrangimentos enfrentados; imagens que as Prefeitas atribuem as suas qualidades diferenciais; temas prioritários da agenda política; principais problemas e desafios da gestão municipal.

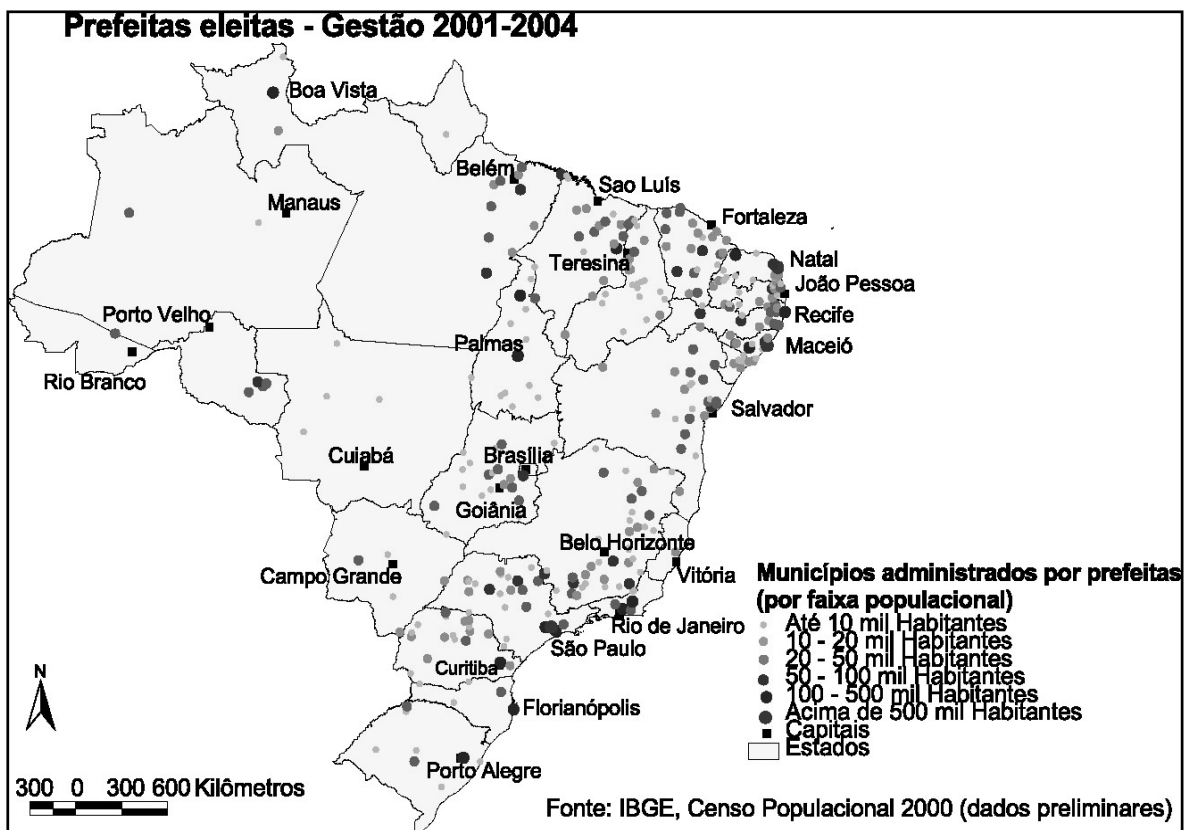
Os limites metodológicos e as possibilidades de análise

A pesquisa foi realizada durante o período compreendido entre os meses de novembro de 2001 a julho de 2002 e foi utilizado como instrumento para coleta de informações um questionário enviado a todas as 318 Prefeitas brasileiras.³ O mês de novembro foi voltado para a elaboração da versão preliminar do questionário, à realização do pré-teste, à elaboração do plano tabular e ao levantamento junto a fontes secundárias. Os meses de dezembro de 2001 e de janeiro de 2002 foram dedicados ao envio do questionário – preferencialmente por fax, e-mail e correio postal – e ao monitoramento das respostas. Considerando-se que esses meses caracterizam-se, no Brasil, por concentrar o período de festas e, especialmente, o de férias, postergou-se o período previsto para recebimento das respostas, de 15 de janeiro para 8 de fevereiro de 2002.

Até o prazo estabelecido, foram recebidos 74 questionários, o que significa cerca de 23% do total das Prefeitas. O questionário foi estruturado com base nas seguintes questões: caracterização das propriedades sociais correspondentes à ocupação do cargo pelas mulheres; formas de parentesco e de composição familiar; modos de constituição do itinerário político da Prefeita e dos apoios obtidos para esta pretensão; a gestão municipal; caracterização da estrutura econômica, política e administrativa do Município; relações intermunicipais e interestaduais; modos de intervenção do Governo Federal e das regulamentações normativas da Constituição Federal de 1998.

Dados os limites inerentes ao próprio – e à qualquer – instrumento de coleta de dados somado ao período para sua aplicação, a pesquisa não teve a pretensão de esgotar as respostas junto ao universo de Prefeitas eleitas, nem tampouco pretendeu retratar o conjunto das percepções das mulheres chefes do executivo local. A pesquisa pretendeu contribuir para compreensão das características e das condições sociais subjacentes à presença e à atuação das mulheres no executivo local. Portanto, não se tratou de circunscrever as impressões das Prefeitas brasileiras a um conjunto de percepções, mas sim de apresentar, de forma sucinta, interpretações, entre as inúmeras imagináveis, decorrentes de padrões de respostas ao questionário, considerando-se como premissa as condições de possibilidade da mudança, do devir, da multiplicidade e da contradição que atravessam o campo político.

³Este número refere-se exclusivamente às Prefeitas eleitas nesta condição, excluindo-se portanto as vice-Prefeitas que posteriormente assumiram o mandato. Cabe destacar que por intermédio dos contatos realizados para a pesquisa foi possível identificar duas situações distintas com relação às Prefeitas chefiadas por mulheres. Na primeira, a Prefeita do Município de Jitaúna, na Bahia, foi assassinada. Na segunda, o Prefeito de Campinas (São Paulo) foi assassinado, cabendo à vice-Prefeita assumir o cargo. Posto que o critério foi o de Prefeitas eleitas no pleito de 2000, ambas as situações alteraram o universo da, excluindo-se, portanto, do envio de questionário as duas Prefeitas anteriormente mencionadas.



As mulheres na política municipal sob a ótica da pesquisa

A política municipal tende a ser um dos campos mais permeáveis à ascensão das mulheres, seja pela diversidade e quantidade de Municípios brasileiros, seja pelo custo da campanha em contraposição a das eleições estaduais e federais, seja pelas especificidades da política local cujos temas estão vinculados ao cotidiano o que contribui para a formação de lideranças femininas.

No Brasil, do total dos 5.559 Municípios brasileiros, cerca de 6% são chefiados por mulheres (ver mapa acima), percentual este que vêm crescendo, sobretudo nos Municípios das regiões Nordeste, Norte e Centro-oeste. Também é no espaço da política municipal que se encontra o maior percentual de mulheres eleitas no âmbito do Legislativo. Embora beneficiadas, direta ou indiretamente, pela primeira lei⁴ que definiu o “sistema de cotas” nas eleições, hoje as Vereadoras representam 12% do total de Vereadores do país.

Por outro lado, do total de Deputados Estaduais eleitos no último pleito(2002)⁵ 13% são mulheres, percentual superior ao de mulheres eleitas em 1998 e em 1994, respectivamente, 10% para a legislatura 1999-2002 e 8% para a de 1995-1998. Entre os Deputados Federais, o percentual de mulheres também aumentou e, neste caso, de

⁴ Lei 9.100 de 29 de setembro de 1995, artigo 11. Parágrafo 3º.

⁵ Dados disponibilizados pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, com base no Tribunal Superior Eleitoral – TSE : <http://www.cfmea.org.Brasil/mulheresnopoder> (capturado segundo Fonte do TSE em 10 de outubro para Deputadas Estaduais e em 9 de outubro para Deputadas Federais).

cerca de 6% (1998-2002) para 8% (2003-2004), cabendo notar que embora o “sistema de cotas” estivesse em vigor nas eleições realizadas em 1998⁶, o percentual de mulheres eleitas Deputadas Federais naquele ano foi menor do que na legislatura anterior: cerca de 7% de mulheres eleitas em 1994.

Cabe notar que na concorrência por cargos eletivos municipais predominam as mulheres eleitas em Municípios da região nordeste (cerca de 50% das Prefeitas e também das Vereadoras). Esta mesma situação ocorre, em menores proporções, entre as Deputadas Estaduais, pois do total de mulheres eleitas nas Assembléias Estaduais, 38% representam estados da região Nordeste; 28% da Sudeste e 15% da Norte. No caso das Deputadas Federais, do total de mulheres eleitas no país 35% representam Estados da região Sudeste, 19% tanto da região Centro-oeste quanto da região Nordeste, passando esta última a concentrar um percentual maior do que na eleição anterior quando reunia apenas 11% do total das Deputadas Federais eleitas no Estado.

Do total de Prefeitas que responderam ao questionário (ver tabela 1), cerca de 39% foram eleitas em Municípios da região Sudeste, 35% em Municípios da região Nordeste; 11% em Municípios da região Sul, 10% da região Centro-oeste e 5% da região Norte. Cabe notar que embora cerca de 50% do total de Prefeitas eleitas se concentrem em Municípios da região Nordeste, o mesmo padrão não foi observado entre aquelas que responderam ao questionário, o que pode contribuir para o entendimento da dificuldade de obtenção de resposta ou de fazer chegar aos Municípios dessa região o questionário da pesquisa.

⁶ Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997, artigos 10 e 80.

Tabela 1
Distribuição das Prefeitas eleitas (total), daquelas que responderam ao questionário (subtotal), por região e segundo faixa populacional – 2002

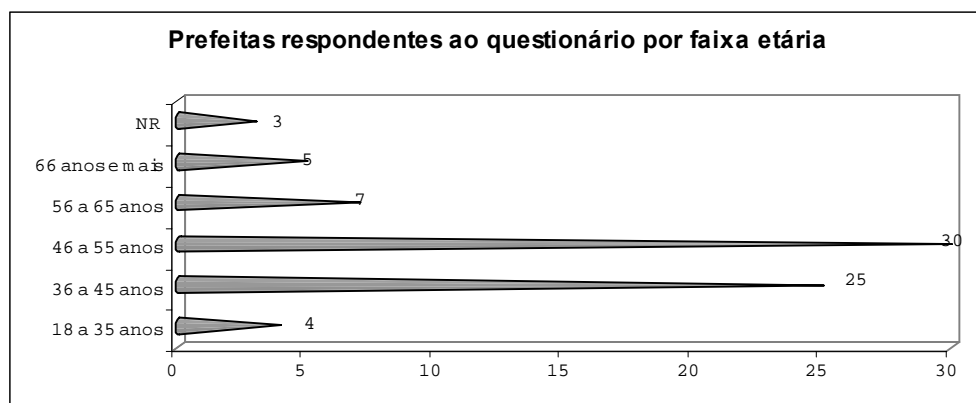
Região	Faixa populacional dos Municípios (mil habitantes)						Total
	até 5	5 - 10	10 - 20	20 - 50	50 - 100	100 e mais	
Total Geral	71	62	82	66	20	17	318
Norte	07	06	05	09	04	03	34
Nordeste	24	27	50	33	09	06	149
Sudeste	22	11	14	12	06	05	70
Sul	06	11	08	05	-	03	33
Centro-oeste	12	07	05	07	01	-	32
Respondentes ao questionário	15	16	17	20	4	2	74
Respondentes ao questionário (%)	22	26	21	30	20	11	23
Norte	-	1	-	2	1	-	4
Nordeste	2	8	8	9	-	1	28
Sudeste	11	2	4	6	3	1	27
Sul	1	3	4	1	-	-	9
Centro-Oeste	1	2	1	2	-	-	6

Fonte: *As mulheres na política municipal: as Prefeitas eleitas na gestão 2001-2004.* IBAM/BID-PROLID, 2002.

Com relação à faixa populacional dos Municípios chefiados por Prefeitas que responderam ao questionário, a maior parte – cerca de 90% – encontra-se em Municípios com população abaixo de 50 mil habitantes. Cerca de 42% são chefes do Executivo em Municípios menores, isto é, com população inferior a 10 mil habitantes e mais da metade das respondentes está concentrada em Municípios com população de 10 a 50 mil habitantes. Isto é, destas 23% são responsáveis por Municípios com população de 10 mil a 20 mil habitantes e 27% por Municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes. Apenas cerca de 8% das Prefeitas respondentes ao questionário são responsáveis por Prefeituras de Municípios de médio e grande portes, isto é, com população superior a 50 mil habitantes. Vale lembrar que, no Brasil, cerca de 90% do total de Municípios brasileiros apresentam população inferior a 50 mil habitantes. Por outro lado, os 10% de Municípios com população superior a 50 mil habitantes concentram cerca de 63% do total da população do país.

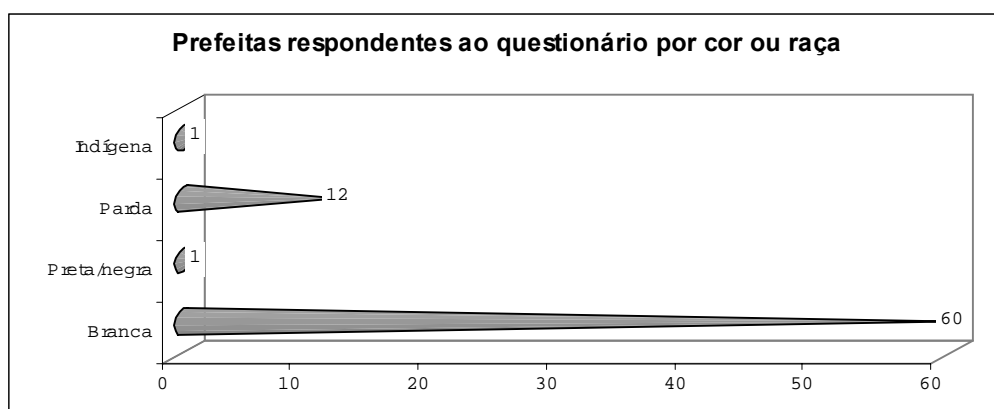
As Prefeitas respondentes ao questionário reúnem um conjunto de características comuns (como podemos observar nos gráficos a seguir), quais sejam: são majoritariamente brancas (cerca de 80%) e se reconhecem como católicas (cerca de 87%); a faixa etária predominante é de 46 a 55 anos (cerca de 40%) e de 36 a 45 anos (cerca de 34%); via de regra são casadas ou vivem uma união consensual (73%) e tiveram apenas um casamento ou união consensual (89%) e metade possui terceiro grau completo (50%).

Gráfico 1



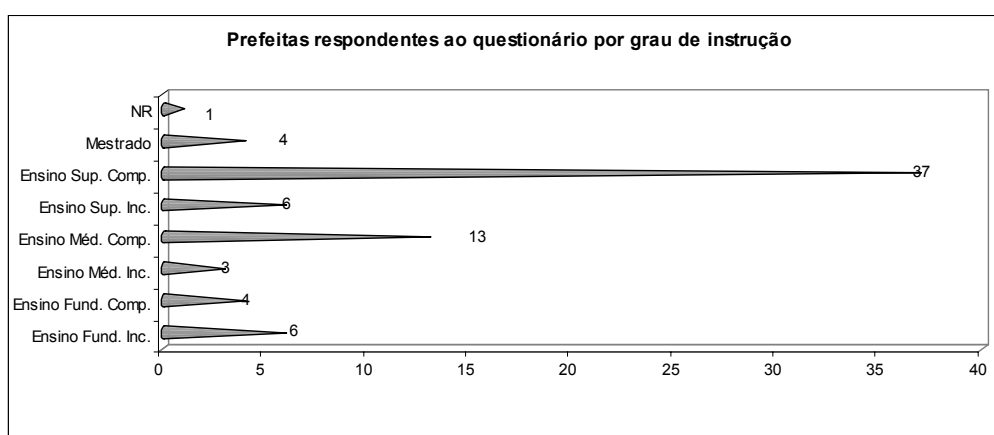
Fonte: *As mulheres na política municipal: as Prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004*. IBAM/PROLID, 2002

Gráfico 2



Fonte: *As mulheres na política municipal: as Prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004*. IBAM/PROLID, 2002

Gráfico 3



Fonte: *As mulheres na política municipal: as Prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004*. IBAM/PROLID, 2002

Em outras palavras, a agregação geral desses dados coloca em relevo a concentração das alternativas de acesso, ao cargo de Prefeita, entre mulheres situadas entre 36 e 55 anos,

de cor branca, casadas e principalmente sob estabilidade conjugal, portadoras de grau de instrução superior e católicas. Nos Municípios cuja faixa populacional é mais elevada, o acesso ao cargo de Prefeita tende a comportar algumas variações do modelo idealizado e padronizado da inserção social das mulheres. As Prefeitas que se colocam nesta situação tendem a ser mais jovens e, possivelmente, enfrentam, sob menos constrangimentos, os preconceitos de cor.

Depreende-se das respostas ao questionário que algumas carreiras profissionais podem melhor prover o reconhecimento de competências das mulheres para a construção de justificativas para a concorrência e para o exercício do cargo. É o caso de professores com especialização na prática da administração pedagógica, de advogadas e médicas.

Há casos bastante recorrentes de Prefeitas com nível de instrução superior em Município de faixa populacional menos elevada, neles também se concentra a alternativa de acesso para as que se distanciam deste grau de ensino. As Prefeitas dos Municípios de maior faixa populacional cursaram o ensino superior. Este dado registra o processo de expansão e de relativa democratização do acesso ao ensino superior em disciplinas geralmente mais difundidas. Os serviços prestados são incorporados pela população mais ampla, mesmo porque elas são menos onerosas quanto aos custos das instituições de ensino universitário (pedagogia, história, administração, direito e letras).

Entre os modelos de composição familiar das Prefeitas identificados por intermédio do questionário, destacam-se: família conjugal completa com filhos; família conjugal incompleta com filhos; família conjugal sem filhos; família extensa (pais do casal, filhos, irmãos, primos e agregados) e família consanguínea de Prefeita solteira. A maior recorrência é a de Prefeitas com família conjugal completa com filhos, cabendo a estes a reprodução do nível de instrução dos pais ou sua ampliação na situação em que os pais não alcançaram o nível superior.

Considerando-se as dificuldades de inserção das mulheres no campo político, cabe voltar a atenção para a construção de alternativas de itinerários políticos, tomando-se como referência, entre outros aspectos, os apoios políticos recebidos para a candidatura, bem como aqueles recebidos durante a gestão (ver tabela 2). Entre as Prefeitas que responderam ao questionário, a maior parte assinalou que para a candidatura encontraram apoio político junto a outros políticos, provavelmente do partido, a saber (em ordem decrescente): vereadores (69%), Deputados Estaduais (51%), Deputados Federais (51%). O mesmo padrão de respostas é identificado quando verificamos que esse percentual se eleva – sobretudo no caso do Governo do Estado que passa de 24% para 55% – durante o exercício da gestão, o que indica não só a importância para o suporte da candidatura feminina, mas também a sua continuidade e a imbricação entre a política local e a extralocal – mesmo considerando-se que essas fronteiras são construídas artificialmente pois a “política municipal” só pode ser pensada em relação aos demais campos políticos e vice-versa.

O apoio de familiares foram assinalados e representam parcela significativa dos apoios recebidos, seja para a candidatura, seja durante a gestão. Contudo cabe notar que, em geral, o apoio advém de familiares sem cargo político (84%) e que esse tipo de apoio tende a decrescer durante o exercício do mandato, embora permaneça preponderante entre a maior parte das Prefeitas que responderam ao questionário.

Contudo, as Prefeitas que responderam ao questionário atribuíram mais valor aos apoios obtidos mediante relações informais ou personalizadas e menos à estrutura institucional estatal ou partidária. A maioria delas constituiu a carreira política a partir da posição

ocupada na família e na parentela, agregação fundada em afiliações por consangüinidade e afinidade, mas revestida de atribuições políticas para interferência e controle nos cargos de poder e decisão. No entanto, elas preferem, publicamente, valorizar os apoios de familiares sem cargos políticos. Elas reconhecem o papel socializador e referenciador do pai, do esposo ou do irmão na iniciação no mundo da política, mas investem no reconhecimento da autonomia do desempenho do cargo. Talvez, por esta razão, optem por atribuir maior peso às redes de apoio que, mesmo nesta condição, pessoalmente conquistaram. Mas não só por esta razão. Suas posturas devem ser compreendidas no contexto das relações sociais subjacentes à vida política e em especial em Municípios menos populosos.

Tomando-se o conjunto dos apoios recebidos, as associações de bairro ou de moradores, as associações de classe, as associações religiosas e os trabalhadores do setor informal perfazem um conjunto expressivo do apoio recebido para a candidatura: 29%. Em contraposição, os menores percentuais referem-se ao apoio de clubes de mães (4%), de Clubes de Serviços (2%), tais como, Rotary e Lions e de ONG (3%) – nacional e internacional. O apoio de empresas do setor privado teve a recorrência de 5% do total dos itens assinalados, seja para a candidatura, seja durante a gestão. Vale sublinhar que, em geral, os percentuais dos tipos de apoio identificados para a candidatura são reproduzidos durante a gestão, havendo baixa retração – como no caso dos familiares sem cargo político – ou expansão – como no caso do Governo do Estado.

Tabela 2
Prefeitas respondentes ao questionário, por tipo de apoio político recebido para a candidatura e durante a gestão

TIPO DE APOIO POLÍTICO	PARA A CANDIDATURA		DURANTE A GESTÃO	
	Número	%	Número	%
Total de itens assinalados*	480	100	584	100
Apoio de familiares sem cargo político	62	13	59	10
Apoio de familiares com cargo político	22	5	27	5
Associação de bairro/moradores	41	8	50	8,5
Associação de classe profissional (sindicato)	28	6	30	5
Associação religiosa	40	8	40	7
Clube de mães	21	4	23	4
Clube de serviços (Rotary Lions)	9	2	15	3
Do(a) Prefeito(a) época	14	3	13	2
Empresa do setor privado	26	5	30	5
ONG nacional	11	2	14	3
ONG internacional	3	1	3	0,5
Trabalhadores do setor informal	32	7	32	6
Vereador	51	11	60	10
Deputado Estadual	38	8	49	8
Deputado Federal	38	8	54	9
Senador(a)	15	3	22	4
Presidente	4	1	8	1
Governo Estadual	18	4	41	7
Governo Municipal	7	1	14	2

Fonte: *As mulheres na política municipal: as Prefeitas eleitas na gestão 2001-2004*. IBAM/BID-PROLID, 2002.

***Nota:** Total de Prefeitas respondentes ao questionário: 74.

Foi possível identificar, por intermédio da pesquisa, três campos de alternativas que se entrecruzam para a construção do itinerário político: (a) sucessão política, coadjuvação e complementação de acesso ao cargo pelos homens; (b) profissionalização e politização de competências e (c) militância em movimentos de reordenação social. Com efeito, tais alternativas não devem ser compreendidas isoladamente e de forma estanque, diferentemente, representam formas de acumulação de recursos, saberes, legitimidade, constituidores de redes sociais nas quais transitam as agentes políticas.

Uma situação imediatamente se destaca pela abrangência e profundidade da existência no tempo: Prefeitas que ascenderam ao cargo como coadjuvantes e sucessoras, integradas a um projeto familiar sob a condição de filha, irmã ou esposa. E assim sendo, também fundada numa divisão sexual do trabalho familiar para o exercício da política, legitimado

pela atribuída divisão natural, conforme podemos depreender dos depoimentos abaixo selecionados:

“Não tinha idéia de ser política, mas tiraram a vida do meu esposo com seis meses de mandato de Prefeito, no mesmo Município. O povo me apresentou como Prefeita e eu disputei as eleições com os assassinos do meu esposo. Estou sendo eleita pela segunda vez.” (eleita em concorrência com outros três candidatos para administração de Município em AL)

“Por motivo de falecimento do meu esposo, Prefeito eleito em 1997, cuja administração não ultrapassou o período de 11 meses, a principal motivação e objetivo é concluir o trabalho iniciado por meu esposo.” (eleita em concorrência com outro candidato, para administração de Município em SC)

“Minha motivação para ocupar o cargo de Prefeita surgiu nas eleições de 1998, onde eu era candidata à vereadora pela primeira vez. Porém, em virtude da impugnação da candidatura do Prefeito, que era meu irmão, o partido achou por bem que a candidata ideal para substituí-lo fosse eu. Decidi, então, fazer honrar o nome de minha família, que tem história política no Município, pois meu pai foi Prefeito em três gestões, sendo o primeiro Prefeito eleito no Município e meu irmão foi Prefeito por uma gestão.” (eleita em concorrência com outro candidato para administração de Município em MG)

“A pedido da população e de líderes políticos e em apoio ao meu esposo (atual deputado estadual e ex-Prefeito do Município), no resgate político do Município e por causa da necessidade de ter gente séria na política transparente e democrática.” (eleita em concorrência com três outros candidatos para administração de Município no PA)

“Como já fui primeira dama, acabei por me apegar com o povo de (...), através de trabalhos sociais. Em 1996, resolvi, com o apoio da minha família e dos meus amigos, candidatar-me à Prefeita. Hoje, reeleita, sou a única mulher no poder executivo do Município de (...).” (eleita em concorrência com três outros candidatos para administração de Município no CE)

“Desde o ano de 1982, na campanha de Prefeito do meu marido, fui tendo contato com o povo e fiz um trabalho como primeira dama, no qual me dediquei muito e daí surgiu a idéia de me candidatar.” (eleita em concorrência com um outro candidato para administração de Município no MA)

“(…) pela tradição política que a família já vem exercendo há muito tempo. De início o meu esposo é quem participava da política e acabei sendo influenciada pela vocação da família, pela vontade de estar sempre ajudando às pessoas necessitadas.” (eleita em concorrência com outro candidato para administração de Município em MG)

A construção da posição de Prefeita segundo estes pressupostos se diferencia de outros tantos, dela também constitutivos. Um deles funda-se nos investimentos para reconhecimento da competência profissional. É possível afirmar que, segundo a análise das respostas ao questionário, destaca-se um conjunto de competências para o exercício do cargo de Prefeita, quais sejam: (a) competências reconhecidas no exercício de funções e cargos públicos e na construção de clientelas (professora, médica, odontóloga,

advogada, parteira etc.); (b) competências reconhecidas no exercício da militância político-partidária; (c) competências reconhecidas no exercício da gestão empresarial e (d) competências exercidas no exercício de coordenação de projetos institucionais como ONG, clube de serviços, instituições assistenciais e filantrópicas. Contudo, a divisão de suas fronteiras é artificial. Para muitas das Prefeitas, essa inserção representa o desdobramento do acúmulo de capital político-familiar, cuja “poupança ampliadamente reproduzida” exigiu delas a demonstração de competência e autonomia próprias. Estes atributos de demonstração da autonomia são geralmente constituídos a partir da profissionalização, especialmente pelo acesso ao ensino em curso superior. Faces de um mesmo processo, demonstram as variações históricas da construção da identidade da mulher na política, como podemos observar a seguir:

“Trabalhamos durante três anos numa escola estadual como diretora, realizamos um bom trabalho na educação e fomos convidadas a nos candidatar ao cargo de Prefeita.” (eleita em concorrência com três outros candidatos para administração de Município no MT)

“Ingressei no PDL para ser candidata a vereadora - porém, como havia uma necessidade de mudança urgente na política de (...), pela minha trajetória na educação, fui indicada para Prefeita. O grupo que estava no domínio da política já fazia 20 anos.” (eleita em concorrência com dois outros candidatos para administração de em MG)

“Na minha primeira eleição, eu trabalhava como odontóloga e me relacionava com muitas pessoas as quais simpáticas à minha pessoa lançaram a idéia de nos candidatarmos.” (eleita em concorrência com dois outros candidatos, um deles mulher, para administração de Município no PI)

“Desde 1981, ingressei na política para disputar meu primeiro mandato, por aclamação das mães tavarenses, que me tinham como parteira dos seus filhos.” (eleita em concorrência com dois outros candidatos pelo PFL para administração de Município na PB)

“A idéia partiu dos companheiros de partido. Argumentavam que as experiências na política, como empresária e cidadã ativa na sociedade seriam fatores decisivos numa campanha política e, posteriormente, para uma boa administração.” (eleita em concorrência com um outro candidato para administração de Município no PR)

“(…) através de trabalho desenvolvido no Município, durante seis anos coordenando uma ONG. Fiquei bastante conhecida através da luta e da participação popular. O meu nome surgiu dos que me conheciam, sabiam da minha seriedade, do meu compromisso e luta por mudança. Posso dizer que foi uma candidatura que veio das bases como reconhecimento do trabalho feito na ONG e como identificação de posturas e valores.” (eleita em concorrência com dois outros candidatos para administração de Município em MG)

“A idéia não partiu de mim, mas da população, pois sempre fui muito ligada ao trabalho voluntário.” (eleita em concorrência com outro candidato para administração de Município no CE)

“(…) como conseqüência do trabalho desenvolvido como coordenadora da paróquia, na igreja e vereadora na Câmara Municipal, junto à comunidade.” (eleita em concorrência com um outro candidato para administração de Município em SC)

Por fim, há uma forma de inserção de objetivo mais transformador, porque oriunda de movimentos sociais e gestada por uma controlada representação delegada, para fazer avançar um projeto coletivo. Falando pelos e com seus pares, assim constituindo a possibilidade de acesso ao cargo, todos estes (Prefeitos e demais afiliados) investem em múltiplas e contraditórias formas de transformação do mundo e do seu sistema de hierarquia. As propostas de mudança variam, mas abarcam a igualdade de participação social e de acesso a direitos entre homens e mulheres. Incluem ainda a construção da hegemonia de outra visão de mundo e por acatamento de decisões partidárias. Neste caso, as construções de pressupostos ao desempenho do cargo de Prefeita derivam menos da reivindicada divisão social de gênero, embora estes atributos diferenciais ampliem o exercício deste cargo de representante delegada de um projeto coletivo. Aí então se encontram em jogo novas elaborações do que é ser feminino e viril, de qualquer forma diferenciada para cada grupo de ação política.

[O acesso ao cargo se deu] "...Como consequência da atuação político-partidária, além da expressiva afinidade com o povo de (...) [A candidatura fora orientada por] (...) compromisso com os interesses fundamentais da imensa maioria da população, envolvimento dos cidadãos na definição de prioridades, transparência e ética na gestão pública, redobrado empenho no exercício das ações administrativas e unidade das forças políticas que compõem o governo (...). Nossa plataforma de campanha foi construída a partir do envolvimento de diversos segmentos da sociedade local (moradores, intelectuais, técnicos, artistas, sindicalistas, estudantes, políticos), que se reuniram várias vezes e formularam propostas factíveis para as áreas de interesse e atuação da administração municipal, enquanto os concorrentes não tiveram a mesma preocupação e, particularmente, a situação se ateve a promessas continuístas e de caráter nitidamente fisiológico e demagógico. Além disso, temos uma postura de crítica ao modelo econômico, social e político imposto ao País. Somos contra a política neoliberal, os outros não." (eleita em concorrência com quatro candidatas, sendo duas mulheres, para administração de Município em PE)

Respeitada a diversidade de alternativas para acumulação de capital político, todas as Prefeitas que responderam ao questionário procuraram assinalar a singularidade do desempenho, definida como expressão de sua autonomia. E autonomia fundamentada em expressão pública, para evitar que sobre elas recaiam as acusações das incompetência derivadas da visão hierarquizada de gênero. Segundo dados sistematizados na pesquisa, mesmo que socializadas como coadjuvantes e colaboradoras de projetos de liderança hegemonicamente masculina, mesmo que sob este exercício, as Prefeitas precisam demonstrar que não são ventríloquos do irmão, do esposo ou do pai, para proverem continuidade à trajetória.

Os depoimentos considerados para a caracterização dos modelos de alternativas de inserção das mulheres na atividade política, realçam as qualidades pessoais das respondentes ao questionário e secundarizam o papel dos grupos de pertencimento. Estes grupos de pertencimento podem ser os familiares. Contudo, eles são deslocados do primeiro plano de inserção: seja pela incorporação de atributos para a construção da carreira própria, imposição para a permanência no campo; seja pela valorização do papel de militante partidária, exercício possível pelo reconhecimento das condições de profissionalização na arena da política institucionalizada em campo específico.

Segundo dados sistematizados na pesquisa, as respostas ao questionário registram as imagens que as Prefeitas atribuem as suas qualidades diferenciais ou, dito de outro modo,

as formas como querem ser reconhecidas. Elas projetam suas intenções e os modos como gostariam, sob os contextos em que praticam a gestão municipal, de direcionar a atividade política partidária e estatal. Nesse sentido, foi possível identificar as seguintes recorrências:

- ❑ Prefeitas que se lançam na construção de formas mais diretas de comunicação com os munícipes, tanto as personalizadas, como as que se ancoram na criação de novos aparatos institucionais, facilitadores da construção da fala pública e do direito ao encaminhamento contínuo de reivindicações;
- ❑ Prefeitas que consideram a explicitação de princípios morais como a chave para a legitimidade do papel de porta-vozes das demandas por serviços públicos por parte dos munícipes;
- ❑ Prefeitas que não só apregoam uma nova moralidade na prática política, mas o fazem pela elaboração direta da crítica ao comportamento dos concorrentes;
- ❑ Prefeitas que constroem a prática administrativa propugnando pela sistematização das formas de planejamento, definições de metas e objetivos a serem alcançados no decorrer da gestão, de modo a apregoar a visibilidade e o combate à concepção da instituição estatal apenas como caixa-preta, que só se conhece nas denúncias, nas crises e na construção política do escândalo;

Por último, cabe destacar os possíveis constrangimentos, identificados no âmbito da pesquisa, enfrentados pelas Prefeitas. A despeito ou em consonância com os apoios conquistados para a inserção na arena política, as mulheres devem administrar as desqualificações imputadas, tendo em vista essa mesma condição. Assim sendo, o olhar dos outros constitui um elemento mais forte na construção da personalidade coletiva das mulheres políticas. Por isso, elas tendem a aceitar e a acentuar as diferenças culturalmente atribuídas a uma natureza masculina e outra feminina, seja pela contraposição ou pela adesão. Esses olhares desqualificantes contribuem para modelar as imagens que elas têm de si mesmas, através das quais querem ser vistas e reconhecidas. Admitindo-se estrangeiras ou intrusas, elas devem reagir positiva ou negativamente aos atributos que as desqualificam para o exercício da política.

Outra forma de julgamento da “intrusão” é a severidade da crítica aos desempenhos dos cargos pelas mulheres e os altos graus de exigência que elas se impõem, para evitar falsos passos ou a suspeita de que são “testas de ferro” ou “pau-mandado” dos homens. Por isso, elas se exigem o dever de excelência, explicitando sua exacerbada condição de risco. E, em algumas situações, elas passam a exaltar qualidades singulares, mostrando-se, culturalmente, serem “homens”, isto é, encarnando atitudes viris. Essas acusações e esses cuidados incidem com maior intensidade sobre as mulheres que são coadjuvantes ou sucessoras de homens políticos. Por conseguinte, sobre aquelas que se colocam a serviço de um projeto coletivo captaneado pelos homens.

Na medida em que as mulheres se submetem a reavaliações do exercício do cargo em pleitos sucessivos, elas tendem a internalizar os embates derivados de preconceitos como parte do exercício e do desafio do cargo, como se depreende dos trechos a seguir selecionados:

“Naturalmente, por ser um Município interiorano, a discriminação pelo sexo feminino é marcante, principalmente entre vereadores e, pasmem, também, por mulheres.” (eleita em concorrência com dois outros candidatos para administração de Município em GO)

“(...) Existe preconceito, o machismo ainda acentuado mas, com pulso firme, estou conseguindo vencer, gradativamente, todas as barreiras.” (eleita em concorrência com dois outros candidatos para administração de Município em GO).

Aquelas mulheres que conquistaram a posição de Prefeita por reconhecimento de competências profissionais tenderam, nas respostas ao questionário, a naturalizar o conflito e a incorporar a convivência concorrencial:

“Nenhuma, tenho relação muito boa com a população, devido a minha atuação no comércio, onde estava no comando dos negócios. Tenho o apoio da família, que me dá segurança. O vice-Prefeito é do mesmo partido e trabalha com a mesma seriedade.”(eleita em concorrência com dois outros candidatos para administração de Município no RS)

“De início, sofri um pouco de preconceito mas, como a cidade é pequena, muitos já conheciam o meu trabalho. Acredito que o fato de ser mulher até ajudou-me a ganhar as eleições. O povo buscou em mim (mulher) a necessidade de mudança” (eleita em concorrência com três outros candidatos para administração de Município no CE)

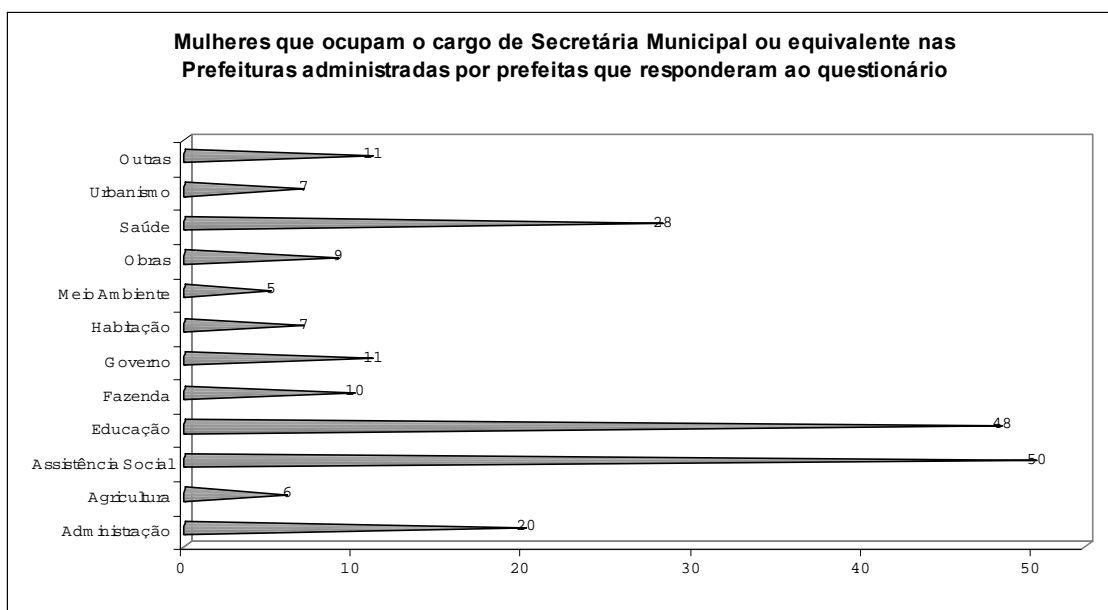
“No meu Município nenhum, pois há muito tempo desempenho trabalhos na área da saúde e promoção social, por isso confiam em mim. Talvez fora alguém duvide, mas nunca falaram.” (eleita em concorrência com outro candidato para administração de Município em MG)

As mulheres que ocupam cargos políticos como mandatárias de partidos que se apresentam como portadores de projeto de transformação da sociedade referem-se a preconceitos generalizados, desconfianças que operam como fluxos de pressões, para superdimensionar os erros ou as avaliações negativas a que o partido está submetido.

A Gestão Municipal sob a ótica das Prefeitas

Cabe agora, de forma sucinta, voltar atenção para alguns aspectos da gestão municipal, segundo as respostas das Prefeitas ao questionário. Um primeiro aspecto diz respeito a participação das mulheres em cargos de tomada de decisão na estrutura administrativa da prefeitura.

Gráfico 4



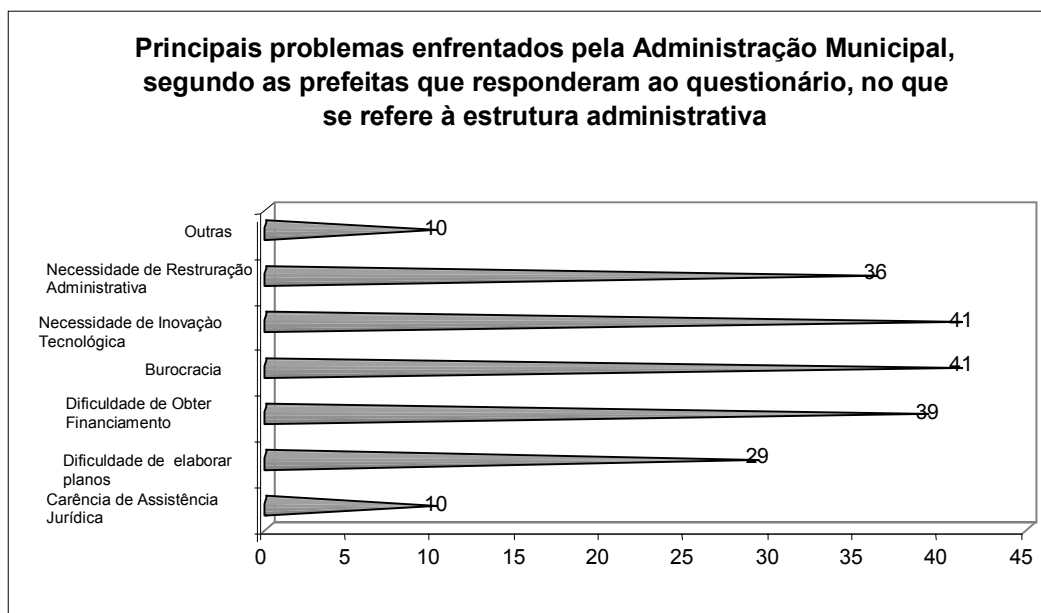
Fonte: *As mulheres na política municipal: as Prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004*. IBAM/PROLID, 2002

Como podemos observar, o maior percentual de mulheres que ocupam Secretarias ou órgãos equivalentes do primeiro escalão concentram-se em áreas tradicionalmente femininas. Segundo dados sistematizados, do total de Prefeitas que responderam ao questionário, 76% indicaram que a chefia da Secretaria Municipal de Assistência Social é ocupada por mulheres. Da mesma forma, 72% informaram que a chefia da Secretária de Educação também é ocupada por mulheres. Os cargos de primeiro escalão da Secretaria de Saúde, Administração, Obras e Urbanismo, embora em menor proporção – respectivamente, 35%, 26% e 23% – também são ocupados por mulheres. Diferentemente, os cargos em que há um menor percentual de mulheres são aqueles cujas atividades profissionais são tradicionalmente vinculadas aos homens, quais sejam: fazenda, finanças, agricultura e habitação. É uma recorrência as Prefeitas indicarem, pelo menos, uma mulher para Secretarias ou órgãos equivalentes do primeiro escalão, havendo casos de Municípios em que esse número é bastante expressivo e algumas prefeituras chegam a ter seis ou mais Secretárias Municipais do sexo feminino.

Um segundo aspecto destacado pela pesquisa refere-se aos principais problemas enfrentados na administração, no que se refere à: estrutura administrativa; infra-estrutura e meio ambiente; habitação, educação e saúde; atividades econômicas – agricultura, indústria, comércio.

No caso da estrutura administrativa (Gráfico 5), os problemas ressaltados dizem respeito à necessidade de inovação tecnológica (55%), à burocracia (55%) e à dificuldade para obtenção de financiamento (53%), não havendo diferenciações notáveis entre Municípios de acordo com as regiões do país e do tamanho da população. Somam-se a esses problemas a necessidade de reestruturação administrativa (49%) e a dificuldade para a elaboração de planos (39%). Relacionados aos aspectos concernentes à gestão, no sentido estrito do termo, em seu conjunto tais problemas apontam para os limites inerentes ao processo de formulação, execução e avaliação das políticas públicas.

Gráfico 5



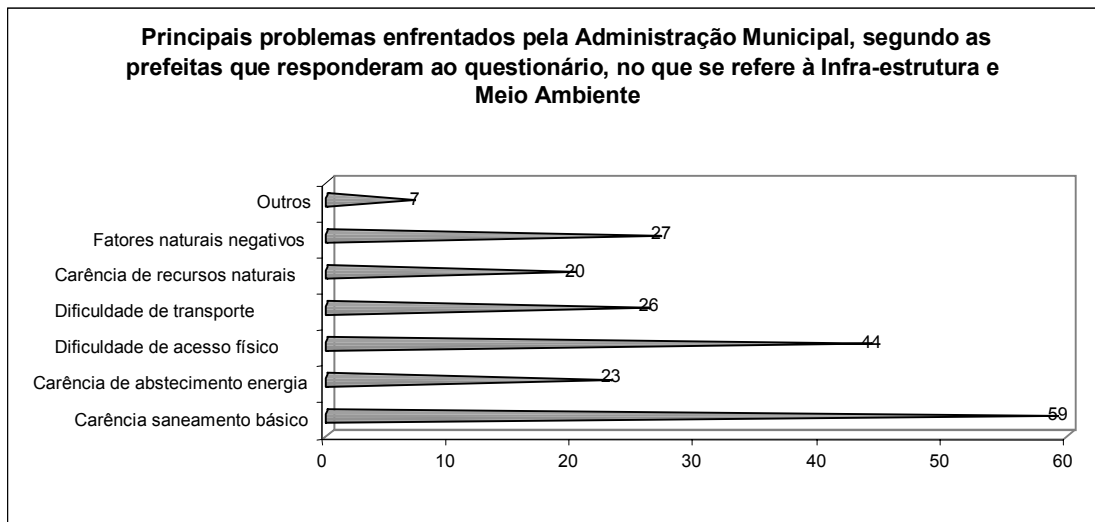
F

onte: *As mulheres na política municipal: as Prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004.* IBAM/BID-PROLID, 2002.

Os problemas relacionados à infra-estrutura e ao meio ambiente (Gráfico 6) encontram-se identificados e distribuídos de forma menos homogênea, destacando-se, entre eles, aqueles relacionados à carência de saneamento básico (80%) e à dificuldade de acesso físico (60%). Na década de 1990 observou-se uma retração das políticas nacionais de saneamento com repercussão, portanto, sobre a ampliação do sistema (água, esgoto e resíduos sólidos). Ao mesmo tempo, as linhas de financiamento privilegiaram o setor privado. Cerca de 67% da população brasileira e 88% da população urbana do país são atendidos por serviços de abastecimento de água. A população não atendida, ou atendida em condições precárias, localiza-se basicamente nas áreas periféricas e favelas das cidades. Somente 31% da população brasileira são atendidos com rede de esgoto sanitário, sendo que apenas 8% conta com tratamento adequado. Vale lembrar que entre as regiões metropolitanas a situação é bastante desigual, variando de 7,7% de domicílios ligados à rede de esgoto em Belém para 86,9% em Belo Horizonte⁷.

⁷ Ver Bezerra, Maria do Carmo de Lima; Fernandes, Marlene Allan (coords.). *Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio Parceria 21 IBAM-ISER-REDEH, 2000. p. 48.

Gráfico 6

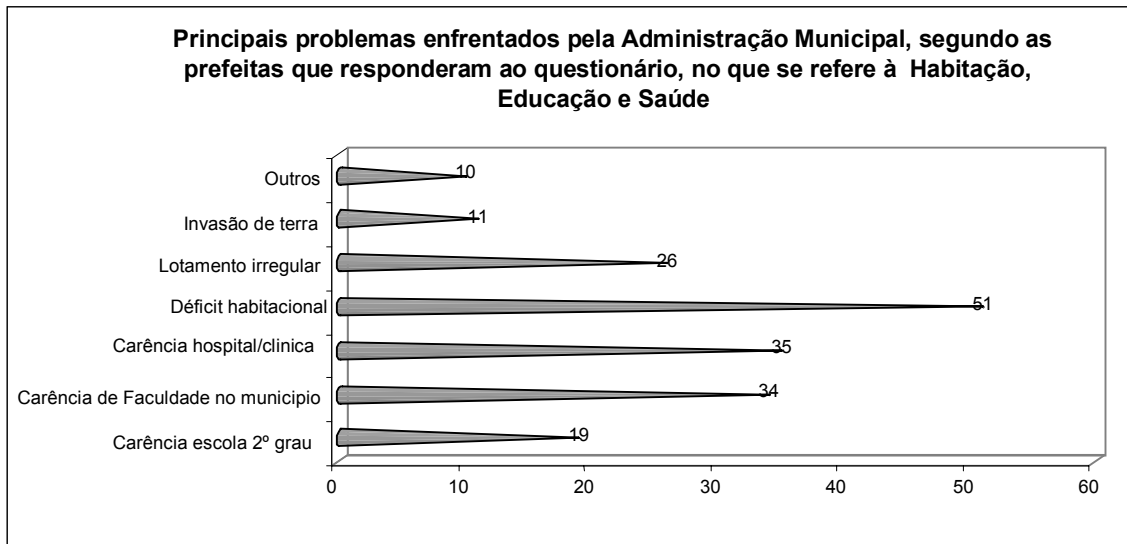


Fonte: *As mulheres na política municipal: as Prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004*. IBAM/BID-PROLID, 2002

No que se refere aos setores de habitação, educação e saúde (Gráfico 7) os principais problemas identificados dizem respeito, sobretudo, ao déficit habitacional (69%), à carência de hospitais e clínicas (48%) e de faculdades no Município (46%), o que coloca em xeque a garantia de direitos de cidadania como o acesso à moradia e à saúde.

Gráfico 7

Fonte: *As mulheres na política municipal: as Prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004*. IBAM/BID-

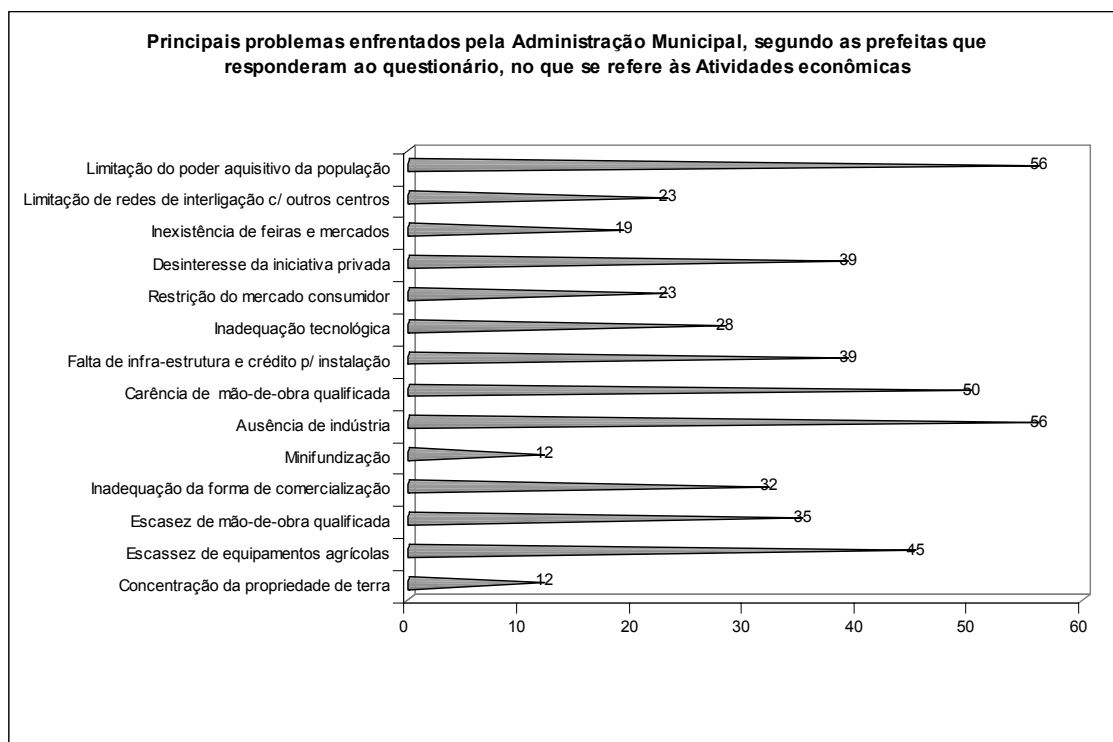


PROLID, 2002

No caso das atividades econômicas (gráfico 8), os principais problemas assinalados pelas Prefeitas dizem respeito à ausência de indústria e à limitação do poder aquisitivo da população, ambos destacados por 76% das respondentes ao questionário. A seguir, foram assinalados a carência de mão-de-obra qualificada (68%) e a falta de infraestrutura e crédito para a instalação de indústria e o desinteresse da iniciativa privada,

cada um concentrando cerca de 52% das respostas. Os menores percentuais assinalados dizem respeito à minifundização e à concentração da propriedade da terra, cada um dos itens foi destacado por cerca de 16% das respondentes.

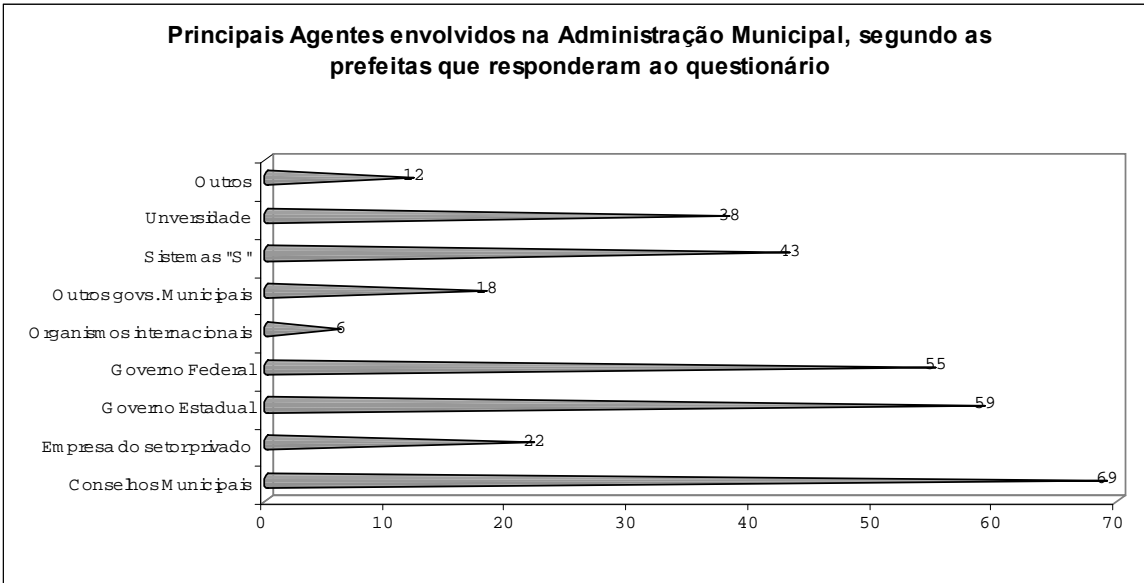
Gráfico 8



Fonte: *As mulheres na política municipal: as Prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004*. IBAM/BID-PROLID, 2002.

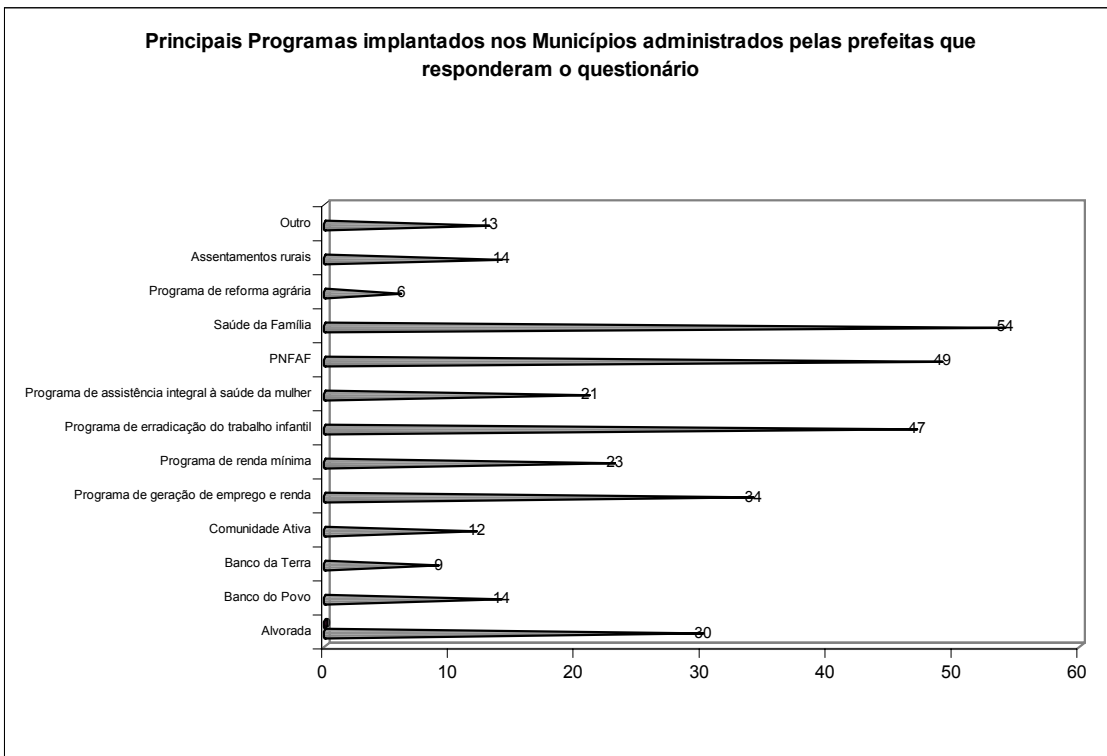
Considerando-se as articulações agenciadas pelas Prefeitas no âmbito das políticas públicas e do desenvolvimento local, buscou-se identificar, por um lado, os agentes envolvidos na administração municipal (Gráfico 9), e por outro, os programas referenciais implantados nos Municípios (gráfico 10). Entre os agentes envolvidos na administração destacam-se, quase como unanimidade, os conselhos municipais (94%) e, logo a seguir, o governo estadual (80%) e federal (74%). A seguir, adquirem expressão um grupo com percentuais próximos e bastante recorrente: Sistema "S" (58%) e Universidade (51%). As empresas do setor privado foram citadas com menor recorrência (30%), embora em maior percentual do que os organismos internacionais (8%).

Gráfico 9



Fonte: *As mulheres na política municipal: as Prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004*. IBAM/BID-PROLID, 2002.

Gráfico 10



Fonte: *As mulheres na política municipal: as Prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004*. IBAM/BID-PROLID, 2002.

Os programas municipais – frutos de normatizações do governo federal ou de articulações intergovernamental – estão presentes em parte significativa dos governos municipais administrados por Prefeitas que responderam ao questionário. O Programa de Saúde da Família foi implantado em 73% dos Municípios das Prefeitas que responderam à pesquisa, assim como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, presentes respectivamente em 66% e 64% desses Municípios. Por outro lado, encontram-se implantados em menor proporção o Programa de Reforma Agrária (8%) e o Banco da Terra (12%).

Considerando a importância cada vez maior desempenhado na gestão pelos conselhos municipais, por intermédio das respostas ao questionário foi possível identificar, entre outros aspectos, a diversidade de conselhos existentes e a sua situação – se regulamentado ou instalado (Tabela 3). Com base em estudos realizados pelo IBAM, IPEA e Comunidade Solidária⁸, os Conselhos existentes no país podem ser classificados de múltiplas formas dada a sua diversidade. Segundo classificação adotada no estudo, podem se dividir em três grupos: (a) conselhos de políticas; (b) conselhos de programas e (c) conselhos temáticos.

No primeiro grupo encontram-se os conselhos que recebem recursos repassados pelo governo federal e cuja institucionalização vincula-se à criação de um Fundo Especial, sendo exemplo os Conselhos Municipais de Saúde, de Educação, de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Assistência Social e Tutelar. O segundo grupo reúne os conselhos presentes sobretudo na esfera municipal e identificados também como Comissões municipais, estando vinculados, em geral, a programas governamentais específicos, como no caso dos seguintes Conselhos: de Trabalho e Emprego; de Distribuição de Alimentos; de Desenvolvimento Rural; de Alimentação Escolar e de Habitação. Por último, os conselhos temáticos podem ter vinculação a um sistema ou legislação nacional, estando sua criação relacionada a uma recomendação do governo federal, ou, diferentemente, serem o resultado de demandas e de grupos de interesses – Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos; de Defesa dos Direitos da Mulher (ou da Condição Feminina); de Defesa dos Direitos das Populações Negras; de Defesa dos Direitos das Populações Indígenas; dos Direitos da Pessoa da Terceira Idade; de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência; do Orçamento; de Urbanismo e Meio Ambiente; de Transporte; de Esporte.

Tomando como referência o universo de Municípios cujas Prefeitas responderam ao questionário, a maior recorrência incide, como previsível, sobre os conselhos de política. Nesse sentido, nos Municípios das Prefeitas respondentes encontram-se regulamentos em maior proporção os seguintes conselhos: Assistência Social (53%); Saúde (51%); Educação (50%); Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (42%). Com maior incidência, destacam-se ainda os Conselhos de Alimentação Escolar (53%). Um grupo menor reúne tipos diferentes de Conselhos, quais sejam: Tutelar (35%); Desenvolvimento Rural (34%); Distribuição de Alimentos (18%); Trabalho e Renda (18%); Urbanismo e Meio Ambiente (16%). O menor percentual de Conselhos Municipais regulamentos dizem respeito aos Conselhos Temáticos: Defesa dos Direitos das Populações Indígenas (1%); Defesa dos Direitos da Mulher (4%); Direitos das Populações Negras (4%); Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (4%); Defesa dos Direitos Humanos (7%); Proteção ao Patrimônio Público (8%); Transporte (8%); Cultura (9%). Embora seja identificados em menor percentual, tanto o Conselho de Cidadania e Segurança Pública (9%) quanto o de Combate e Erradicação da Pobreza (8%) tornaram-se obrigatórios e estão vinculados à criação de Fundos Especiais.

⁸ IBAM/IPEA/Comunidade Solidária. *Conselhos municipais e políticas sociais*. Rio de Janeiro: IBAM, 1997. p. 210.

Embora os Conselhos sejam criados por lei municipal, sancionada pelo(a) Prefeito(a), há casos, como ilustrado na tabela a seguir, em que o número de Conselhos Regulamentados é inferior ao de Instalados, o que sugere a antecipação da institucionalização por parte da sociedade civil e do governo – ver, por exemplo, Conselhos de Alimentação Escolar; de Cidadania e Segurança Pública; de Desenvolvimento Rural; de Saúde.

Tabela 3
Conselhos municipais existentes nos Municípios administrados por Prefeitas que responderam ao questionário, por tipo de situação, se regulamentado ou instalado

Conselhos Municipais	SITUAÇÃO			
	Regulamentado		Instalado	
	Nº	%	Nº	%
Total de Municípios da pesquisa	74	100	74	100
Alimentação escolar	39	53	40	54
Assistência Social	39	53	37	50
Cidadania e Segurança Pública	7	9	10	14
Combate e Erradicação da Pobreza	6	8	5	7
Cultura	7	9	6	8
Defesa dos Direitos da Mulher	3	4	3	4
Defesa dos Direitos da Pessoa da Terceira Idade	8	11	6	8
Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais	4	5	4	5
Defesa dos Direitos das Populações Indígenas	1	1	0	-
Defesa dos Direitos das Populações Negras	3	4	1	1
Defesa dos Direitos Humanos	5	7	3	4
Desenvolvimento Rural	25	34	26	35
Direitos das Crianças e Adolescentes	31	42	27	36
Distribuição de Alimentos	13	18	9	12
Educação	37	50	30	40
Esporte	9	12	5	7
Habitação	6	8	5	7
Orçamento	9	12	5	7
Proteção ao Patrimônio Público	6	8	6	8
Saúde	38	51	39	53
Trabalho e Renda	13	18	11	15
Transporte	6	8	4	5
Tutelar	26	35	23	31
Urbanismo e Meio Ambiente	12	16	7	9

Fonte: *As mulheres na política municipal: as Prefeitas brasileiras na gestão 2001-2004*. IBAM/BID-PROLID, 2002.

Considerações Finais

Boa parte das Prefeitas que respondeu ao questionário informa que foram eleitas pelo reconhecimento da competência para obtenção e aplicação de serviços vinculados à política social. O reconhecimento dos constrangimentos para o engajamento na luta por transferência de recursos centralizados é de tal ordem, que é comum a valorização do político por uma qualidade, neste campo, vista como rara e profundamente honorífica: a determinação de quem *sabe correr atrás*, de quem demonstra competência para enfrentar empecilhos, ultrapassar impedimentos e viabilizar a prestação de serviços. Apresentaram-se então como legítimas candidatas, pelo demonstrado empenho em fazer cumprir o que é de direito dos munícipes, em envidar esforços para fazer chegar ao Município os recursos que, em tese, devem ser transferidos e redistribuídos.

É possível argumentar que não é a ampliação da entrada das mulheres na política que permite a exaltação dos problemas sociais. Ao contrário, é a inscrição desses problemas na agenda política que autoriza o desempenho das mulheres na gestão de programas políticos, hoje transferidos aos Municípios, mas, em geral, segundo diretrizes do governo federal. Longe de se engajarem na objetivação de projetos alternativos, as Prefeitas que responderam ao questionários tendem a aderir a realização de projetos e programas concebidos externamente. Estes projetos e programas, todavia, continuam sendo elaborados nas arenas políticas de perfis virilizados, embora também reafirmem o domínio de competência das mulheres na reprodução social, na redenção da moralidade, ou na reconversão dos ideais de solidariedade, inclusive com sua ação complementar para deslocá-los para o estado prático. Além deste aspecto, a maior parte das políticas sociais são dirigidas às crianças sob responsabilidade das mães.

Reafirmando tradicionais concepções, a entrada das mulheres na política aponta para a objetivação do processo de constituição de um precário, fragmentado, retardatário ou mesmo extemporâneo Estado de bem-estar, exatamente na contramão da reafirmação de propostas de ação estatal sob o ideário neoliberal, acompanha as retóricas da humanização da política. Não está em jogo uma proposta de complementaridade ou igualdade de gênero; mas a visibilidade de prioridades políticas e de hierárquicas especializações de competências, que reafirmam desigualdades morais diferencialmente atribuídas a homens e mulheres.

É recorrente as mulheres nas disputas eleitorais valorizarem atributos tradicionalmente imputados à liderança feminina o que não necessariamente significa a reivindicação da simetria entre homens e mulheres. Em outras palavras, as ações traduzidas em políticas públicas podem pautar-se por atividades voltadas para as necessidades práticas de gênero – tal como a melhoria das condições de vida, em detrimento das necessidades estratégicas – isto é, acesso das mulheres aos cargos de tomada de decisão. Contudo, um fato novo na arena política da sociedade brasileira é o de candidatas mulheres disputarem as eleições majoritárias juntamente com outras mulheres o que pode contribuir não só para a mudança na cultura política, mas também para a construção de um conjunto de ações no âmbito das políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades de gênero. A redução dessas desigualdades implica o agenciamento de políticas públicas no âmbito do desenvolvimento local que operem com uma visão voltada para a mudança das relações de gênero, bem como para o diálogo com o movimento de mulheres e, especialmente, com o movimento feminista, considerando-se, portanto, a diversidade de percepções e interesses entre as próprias mulheres.

1 - PREFEITOS(AS)

TABELA 1.1
PREFEITOS(AS) ELEITOS(AS), POR SEXO, PARA O PERÍODO 2001/2004,
SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

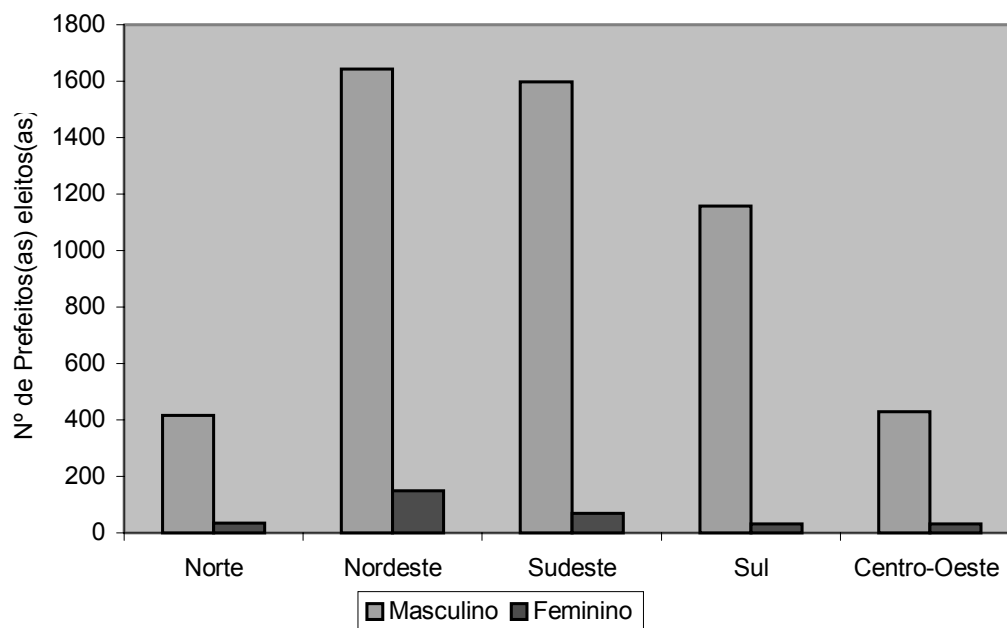
GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MUNICÍPIOS BRASILEIROS	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	NÃO INFORMADO
BRASIL*	5559	5559	5241	318	-
Norte	449	449	415	34	-
Nordeste	1791	1791	1642	149	-
Sudeste	1668	1668	1597	70	1
Sul	1189	1189	1156	33	-
Centro-oeste	462	462	430	32	-
NORTE					
Rondônia	52	52	48	04	-
Acre	22	22	21	01	-
Amazonas	62	62	60	02	-
Roraima	15	15	12	03	-
Pará	143	143	132	11	-
Amapá	16	16	15	01	-
Tocantins	139	139	127	12	-
NORDESTE					
Maranhão	217	217	198	19	-
Piauí	222	222	200	22	-
Ceará	184	184	162	22	-
Rio Grande do Norte	167	167	156	11	-
Paraíba	223	223	206	17	-
Pernambuco	184	184	170	14	-
Alagoas	102	102	89	13	-
Sergipe	75	75	69	06	-
Bahia	417	417	392	25	-
SUDESTE					
Minas Gerais	853	853	812	41	-
Espírito Santo	78	78	76	01	1
Rio de Janeiro	92	92	88	04	-
São Paulo	645	645	621	24	-
SUL					
Paraná	399	399	380	19	-
Santa Catarina	293	293	288	05	-
Rio Grande do Sul	497	497	488	09	-
CENTRO-OESTE					
Mato Grosso do Sul	77	77	72	05	-
Mato Grosso	139	139	132	07	-
Goiás	246	246	226	20	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

Nota: *Excluídos o Distrito Federal e Fernando de Noronha

Gráfico 1.1 - Prefeitos(as) eleitos(as), por sexo, para o período 2001/2004, segundo as Grandes Regiões



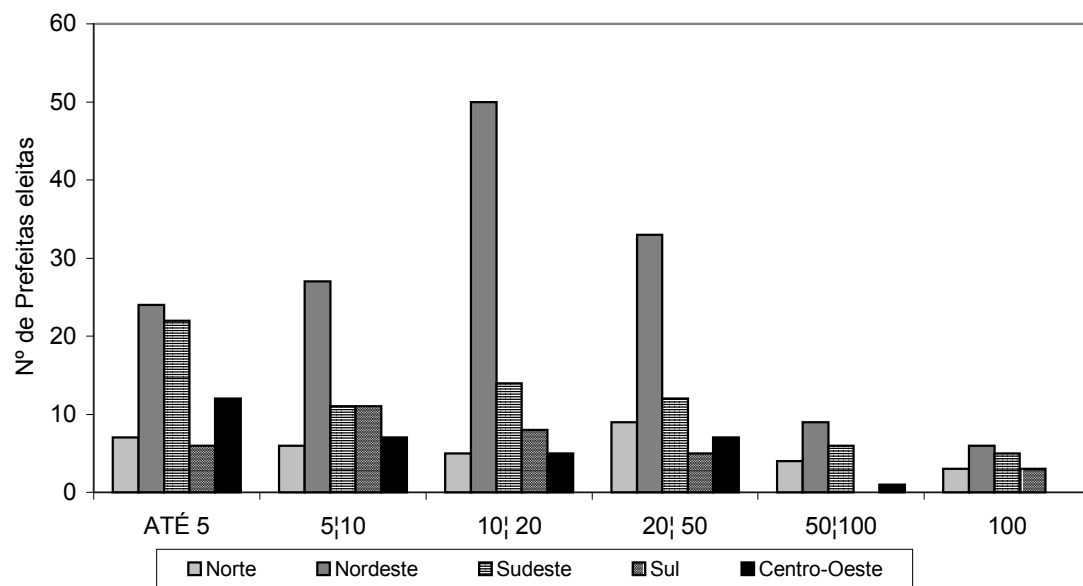
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Tribunais Regionais Eleitorais – TREs
Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

TABELA 1.2
PREFEITAS ELEITAS, POR GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO,
PARA O PERÍODO 2001/2004, SEGUNDO FAIXAS DE POPULAÇÃO

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL	GRUPOS DE MIL HABITANTES					
		ATÉ 5	5 10	10 20	20 50	50 100	+ 100
BRASIL	318	71	62	82	66	20	17
Norte	34	07	06	05	09	04	03
Nordeste	149	24	27	50	33	09	06
Sudeste	70	22	11	14	12	06	05
Sul	33	06	11	08	05	-	03
Centro-oeste	32	12	07	05	07	01	-
NORTE							
Rondônia	04	-	-	-	03	01	-
Acre	01	-	-	-	01	-	-
Amazonas	02	-	01	-	01	-	-
Roraima	03	-	01	01	-	-	01
Pará	11	-	-	04	04	03	-
Amapá	01	01	-	-	-	-	-
Tocantins	12	06	04	-	-	-	02
NORDESTE							
Maranhão	19	01	03	06	06	02	01
Piauí	22	09	06	06	01	-	-
Ceará	22	-	04	09	07	02	-
Rio Grande do Norte	11	04	-	04	-	01	02
Paraíba	17	07	03	05	01	01	-
Pernambuco	14	-	01	04	06	02	01
Alagoas	13	01	03	05	02	-	02
Sergipe	06	02	01	03	-	-	-
Bahia	25	-	06	08	10	01	-
SUDESTE							
Minas Gerais	41	17	05	09	06	04	-
Espírito Santo	01	-	-	01	-	-	-
Rio de Janeiro	04	-	-	-	02	-	02
São Paulo	24	05	06	04	04	02	03
SUL							
Paraná	19	02	06	08	02	-	01
Santa Catarina	05	01	02	-	01	-	01
Rio Grande do Sul	09	03	03	-	02	-	01
CENTRO-OESTE							
Mato Grosso do Sul	05	01	01	02	01	-	-
Mato Grosso	07	03	03	01	-	-	-
Goiás	20	08	03	02	06	01	-

Fonte: IBGE: Contagem da População, 1996 – Tribunal Superior Eleitoral - TSE
 Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

Gráfico 1.2 - Prefeitas eleitas, por Grandes Regiões, para o período 2001/2004, segundo faixas de população



Fonte: IBGE: Contagem da População, 1996
Tribunal Superior Eleitoral – TSE

Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

TABELA 1.3
PREFEITAS ELEITAS, POR GRANDES REGIÕES,
PARA O PERÍODO 2001/2004, SEGUNDO OS PARTIDOS POLÍTICOS

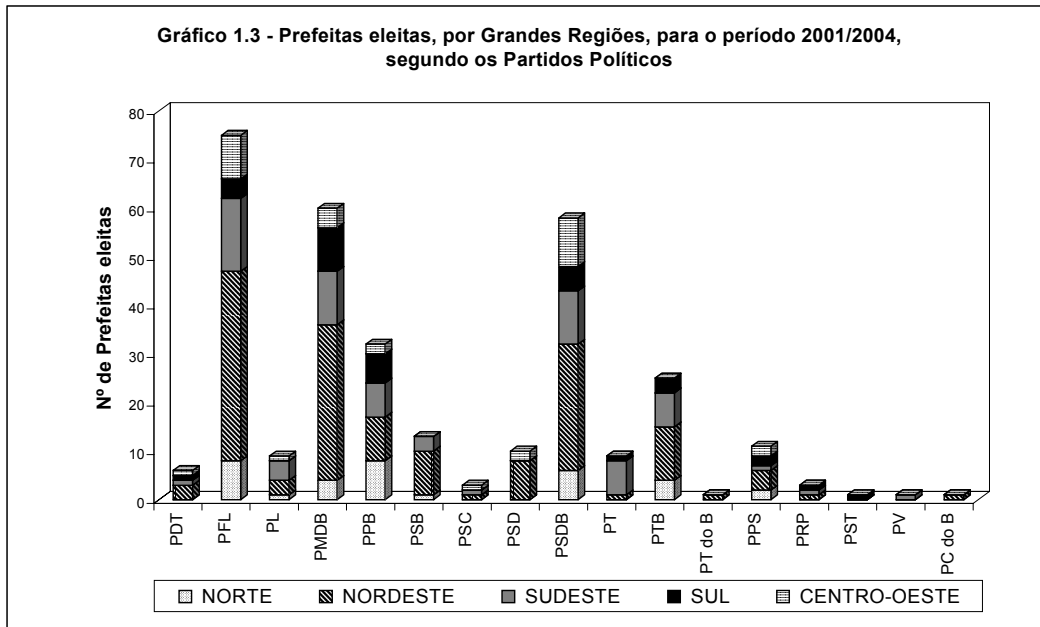
PARTIDOS POLÍTICOS	GRANDES REGIÕES					
	TOTAL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO- OESTE
TOTAL	318	34	149	70	33	32
PDT	06	-	03	01	01	01
PFL	75	08	39	15	04	09
PL	09	01	03	04	-	01
PMDB	60	04	32	11	09	04
PPB	32	08	09	07	06	02
PSB	13	01	09	03	-	-
PSC	03	-	01	01	-	01
PSD	10	-	08	-	-	02
PSDB	58	06	26	11	05	10
PT	09	-	01	07	01	-
PTB	25	04	11	07	03	-
PT do B	01	-	01	-	-	-
PPS	11	02	04	01	02	02
PRP	03	-	01	01	01	-
PST	01	-	-	-	01	-
PV	01	-	-	01	-	-
PC do B	01	-	01	-	-	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2001)

Nota: *Excluídos o Distrito Federal e Fernando de Noronha

Gráfico 1.3 - Prefeitas eleitas, por Grandes Regiões, para o período 2001/2004, segundo os Partidos Políticos



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE
 Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2001)

TABELA 1.4
PREFEITOS(AS) ELEITOS(AS), POR SEXO, PARA O PERÍODO 1997/2000,
SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

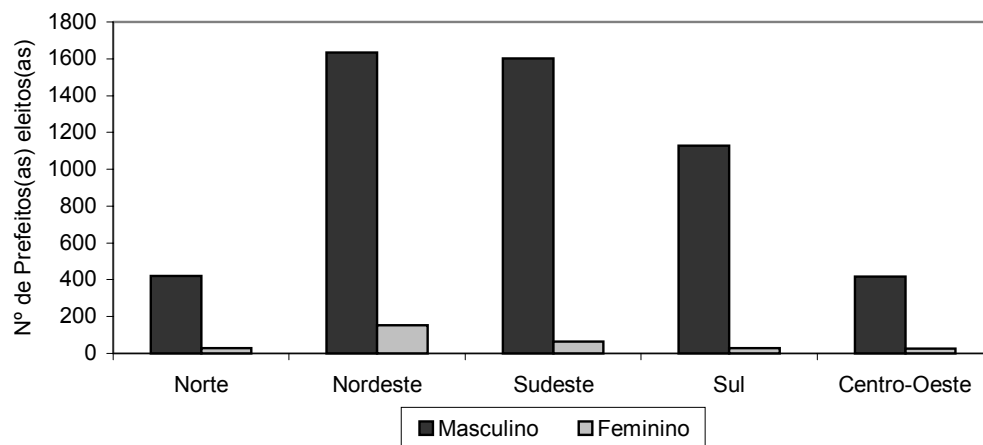
GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MUNICÍPIOS BRASILEIROS	MASCULINO	FEMININO
BRASIL*	5505	5201	304
Norte	449	419	30
Nordeste	1786	1633	153
Sudeste	1666	1602	64
Sul	1159	1129	30
Centro-Oeste	445	418	27
Norte			
Rondônia	52	48	04
Acre	22	21	01
Amazonas	62	60	02
Roraima	15	14	01
Pará ¹	143	131	12
Amapá	16	16	-
Tocantins	139	129	10
Nordeste			
Maranhão	217	203	14
Piauí	221	191	30
Ceará	184	166	18
Rio Grande do Norte	166	148	18
Paraíba	223	210	13
Pernambuco	184	170	14
Alagoas	101	83	18
Sergipe	75	70	05
Bahia	415	391	24
Sudeste			
Minas Gerais	853	816	37
Espírito Santo	77	76	01
Rio de Janeiro	91	88	03
São Paulo	645	622	23
Sul			
Paraná	399	387	12
Santa Catarina	467	460	07
Rio Grande do Sul	293	282	11
Centro-Oeste			
Mato Grosso do Sul	77	72	05
Mato Grosso	126	119	07
Goiás	242	227	15

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE e Tribunais Regionais Eleitorais - TREs
 Dados sistematizados pelo IBAM/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (1997)

¹ Universidade Federal do Pará/CFCH/Departamento de Ciência Política/Projeto de Pesquisa Cidadania, Participação Política e Gênero: Pará, 1932/1996.

Nota: * Excluídos o Distrito Federal e Fernando de Noronha

Gráfico 1.4 - Prefeitos(as) eleitos(as), por sexo, para o período 1997/2000, segundo as Grandes Regiões



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE

Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2001)

TABELA 1.5
PREFEITAS ELEITAS, POR GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO,
PARA O PERÍODO 1997/2000, SEGUNDO FAIXAS DE POPULAÇÃO

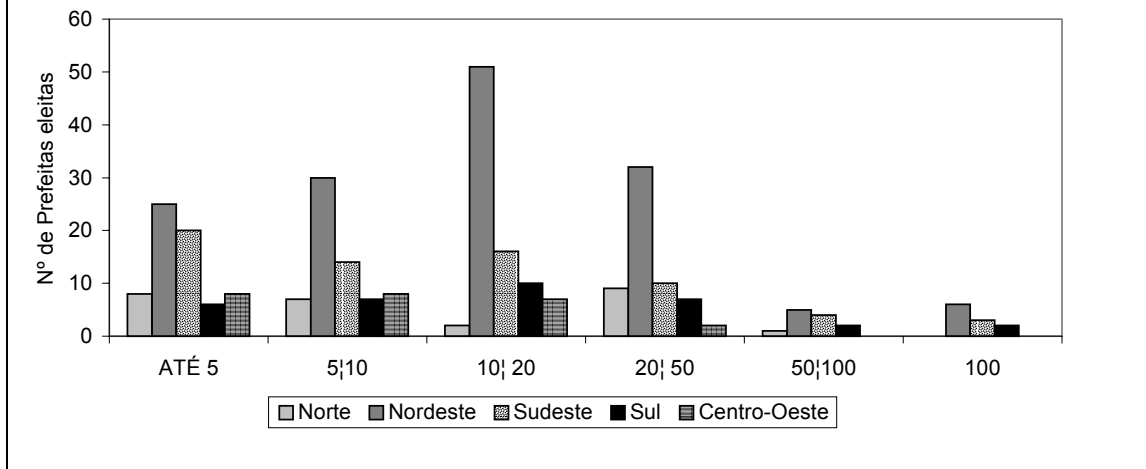
GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL	GRUPOS DE MIL HABITANTES					
		ATÉ 5	5 10	10 20	20 50	50 100	+100
BRASIL	304	67	66	86	60	12	11
Norte	30	08	07	02	09	01	-
Nordeste	149	25	30	51	32	05	06
Sudeste	67	20	14	16	10	04	03
Sul	34	06	07	10	07	02	02
Centro-Oeste	25	08	08	07	02	-	-
Norte							
Rondônia	05	02	02	-	01	-	-
Acre	01	-	-	-	01	-	-
Amazonas	02	-	01	-	01	-	-
Roraima	01	-	-	01	-	-	-
Pará	10	-	01	01	07	01	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	10	06	03	-	01	-	-
Nordeste							
Maranhão	09	01	02	03	02	-	01
Piauí	31	12	09	08	02	-	-
Ceará	16	-	02	06	08	-	-
Rio Grande do Norte	19	06	04	06	01	-	02
Paraíba	14	03	01	06	04	-	-
Pernambuco	13	-	02	03	06	01	01
Alagoas	19	01	04	08	02	02	02
Sergipe	05	02	02	01	-	-	-
Bahia	23	-	04	10	07	02	-
Sudeste							
Minas Gerais	41	14	12	09	06	-	-
Espírito Santo	01	-	01	-	-	-	-
Rio de Janeiro	03	-	-	-	01	-	02
São Paulo	22	06	01	07	03	04	01
Sul							
Paraná	13	01	-	08	02	01	01
Santa Catarina	08	04	01	-	01	01	01
Rio Grande do Sul	13	01	06	02	04	-	-
Centro-Oeste							
Mato Grosso do Sul	05	01	02	02	-	-	-
Mato Grosso	06	02	01	03	-	-	-
Goiás	14	05	05	02	02	-	-

Fonte: IBGE: Censo Demográfico de 1991

Tribunal Superior Eleitoral - TSE e Tribunais Regionais Eleitorais - TREs

Dados sistematizados pelo IBAM/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (1997)

Gráfico 1.5 - Prefeitas eleitas, por Grandes Regiões, para o período 1997/2000, segundo faixas de população



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE
 Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2001)

TABELA 1.6
PREFEITAS ELEITAS, POR GRANDES REGIÕES, PARA O PERÍODO 1997/2000,
SEGUNDO OS PARTIDOS POLÍTICOS E COLIGAÇÕES

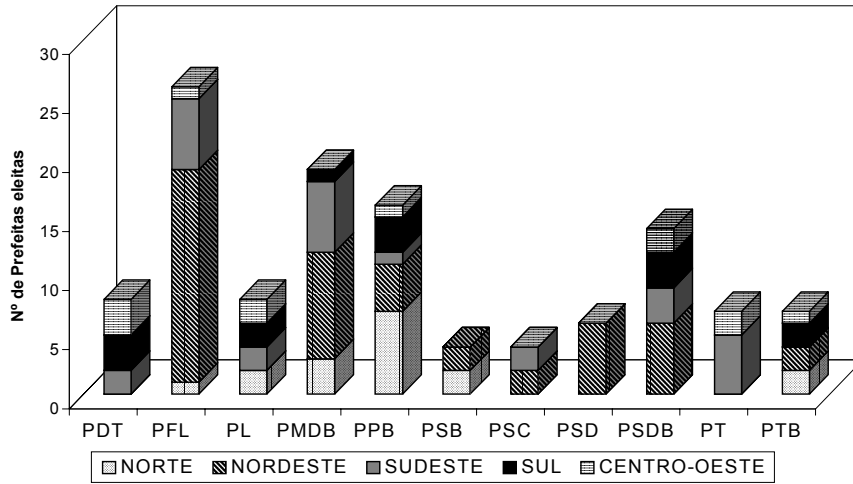
PARTIDOS POLÍTICOS E COLIGAÇÕES	GRANDES REGIÕES					
	TOTAL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO- OESTE
TOTAL	304	30	146	63	30	27
Partidos Políticos						
PDT	08	-	-	02	03	03
PFL	26	01	18	06	-	01
PL	08	02	-	02	02	02
PMDB	19	03	09	06	01	-
PPB	16	07	04	01	03	01
PSB	04	02	02	-	-	-
PSC	04	-	02	02	-	-
PSD	06	-	06	-	-	-
PSDB	14	-	06	03	03	02
PT	07	-	-	05	-	02
PTB	07	02	02	-	02	01
Coligações						
PDT/PPB	03	-	03	-	-	-
PDT/PMDB	12	01	02	02	07	-
PDT/PSDB	02	01	01	-	-	-
PMDB/PFL	06	02	04	-	-	-
PMDB/PPB	17	01	07	03	03	03
PMDB/PSDB	16	-	08	05	03	-
PFL/PPB	11	02	03	02	-	04
PFL/PSDB	13	-	05	08	-	-
PPB/PSDB	07	-	12	-	-	02
PT/PSB	04	01	03	-	-	-
PL/outros	14	-	12	-	02	-
PPS/outros	08	-	08	-	-	-
PSB/outros	02	-	02	-	-	-
PSDB/outros	06	02	02	02	-	-
PT/outros	08	-	03	04	01	-
Não Identificado	-	02	-	-	-	-
Outros*	39	01	24	10	-	04

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE e Tribunais Regionais Eleitorais – TREs

Dados sistematizados pelo IBAM/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (1997)

Nota: *Outros (Partidos Políticos e/ou Coligações)

Gráfico 1.6 - Prefeitas eleitas, por Grandes Regiões, para o período 1997/2000, segundo os Partidos Políticos



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE
 Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2001)

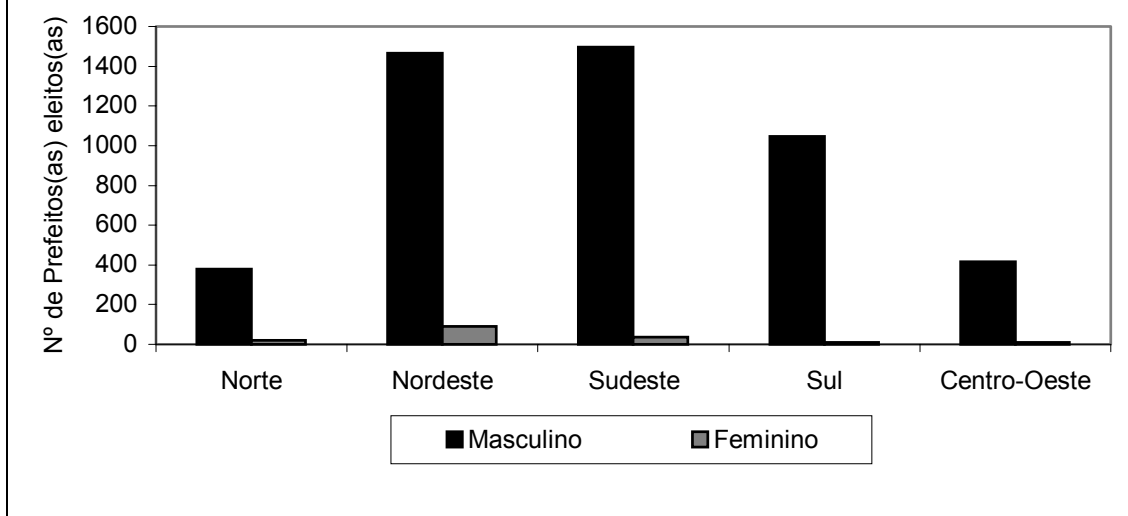
TABELA 1.7
PREFEITOS(AS) ELEITOS(AS), POR SEXO, PARA O PERÍODO 1993/1996,
SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MUNICÍPIOS BRASILEIROS	MASCULINO	FEMININO
BRASIL*	4972	4801	171
Norte	398	379	19
Nordeste	1557	1465	92
Sudeste	1533	1495	38
Sul	1058	1047	11
Centro-oeste	426	415	11
Norte			
Rondônia	40	40	-
Acre	22	22	-
Amazonas	62	61	01
Roraima	08	07	01
Pará	128	122	06
Amapá	15	13	02
Tocantins	123	114	09
Nordeste			
Maranhão	136	118	18
Piauí	148	140	08
Ceará	184	176	08
Rio Grande do Norte	152	141	11
Paraíba	171	157	14
Pernambuco	176	167	09
Alagoas	100	95	05
Sergipe	75	70	05
Bahia	415	401	14
Sudeste			
Minas Gerais	756	739	17
Espírito Santo	71	70	01
Rio de Janeiro	81	81	-
São Paulo	625	605	20
Sul			
Paraná	371	364	07
Santa Catarina	260	259	01
Rio Grande do Sul	427	424	03
Centro-oeste			
Mato Grosso do Sul	77	75	02
Mato Grosso	117	112	05
Goiás	232	228	04

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE e Tribunais Regionais Eleitorais - TREs
 Dados sistematizados pelo IBAM/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/ Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (1997)

Nota: * Excluídos o Distrito Federal e Fernando de Noronha

Gráfico 1.7 - Prefeitos(as) eleitos(as), por sexo, para o período 1993/1996, segundo as Grandes Regiões



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE

Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (1997)

TABELA 1.8
PREFEITAS ELEITAS POR PERÍODOS DE GESTÃO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES

GRANDES REGIÕES	PREFEITAS ELEITAS						
	1973- 1976	1977- 1982 ¹	1983- 1988 ²	1989- 1992	1993- 1996	1997- 2000	2001- 2004
BRASIL	58	58	83	107	171	304	318
Norte	4	-	6	8	19	30	34
Nordeste	44	52	51	74	92	153	149
Sudeste	7	1	20	17	38	64	70
Sul	0	2	4	5	11	30	33
Centro-oeste	3	3	2	3	11	27	32

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Blay, Eva. Enfreutando a alienação: as mulheres e o poder local, São Paulo, 1990, mimeo. (Dados para o período 1973-1992). Valdez, Teresa, Gomariz, Enrique (Coord.). Mulheres latino-americanas em dados: Brasil, Madrid: Instituto de la Mujer; Santiago : FLASCO, 1993. (Dados para o período 1983-1988).

Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

Nota: ¹ Em 1980 houve eleições municipais para o período 1981-82.

²Em 1986 houve eleições somente nas capitais, onde foram eleitas duas Prefeitas que somaram-se às 81 que tiveram seus mandatos prorrogados até 1988.

TABELA 1.9
PROPORÇÃO DE PREFEITOS(AS) ELEITOS(AS), POR SEXO, POR PERÍODOS DE GESTÃO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES

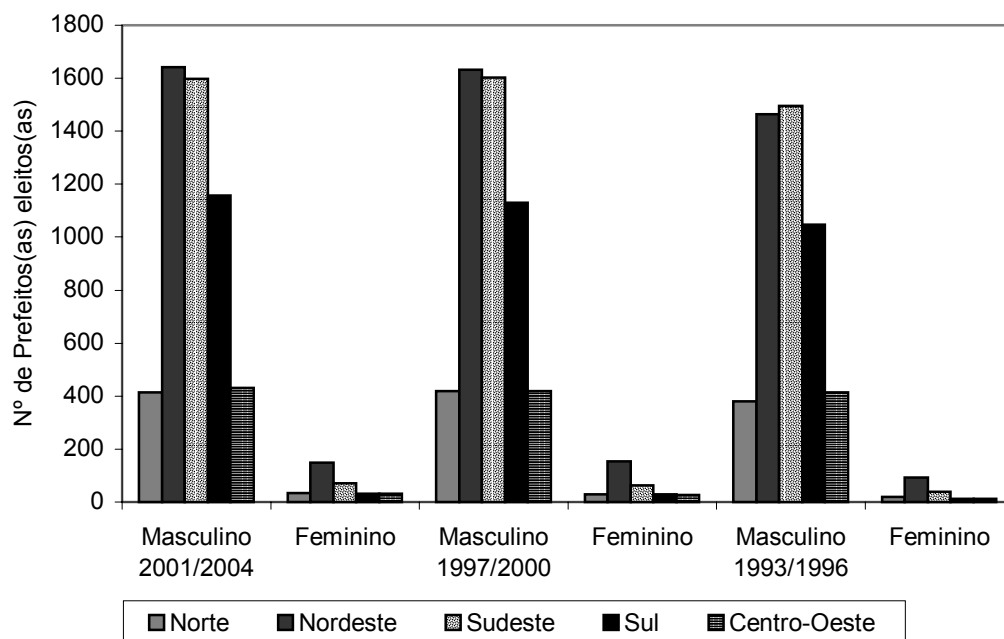
GRANDES REGIÕES	PROPORÇÃO DE PREFEITOS ELEITOS POR SEXO (%)																				
	1973-1976			1977-1982			1983-1988			1989-1992			1993-1996			1997-2000			2001-2004		
	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F
Norte	100	97,2	2,8	100	100	-	100	97,2	2,8	100	97,3	2,7	100	95,2	4,8	100	93,8	6,2	100	92,4	7,5
Nordeste	100	96,8	3,2	100	96,2	3,8	100	96,8	3,2	100	95,1	4,9	100	94,1	5,9	100	91,4	8,6	100	91,6	8,3
Sudeste	100	99,5	0,5	100	99,9	0,1	100	99,5	0,5	100	98,8	1,2	100	97,5	2,5	100	96,2	3,8	100	95,7	4,2
Sul	100	100	-	100	99,7	0,3	100	100	-	100	99,4	0,6	100	99,0	1,0	100	97,4	2,6	100	97,2	2,8
Centro-Oeste	100	99,0	1,0	100	99,0	1,0	100	99,00	1,0	100	99,2	0,8	100	97,4	2,6	100	93,9	6,1	100	93,0	6,93

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

Blay, Eva. Enfrentando a alienação: as mulheres e o poder local, São Paulo, 1990, mimeo. (Dados para o período 1973-1992). Valdez, Teresa, Gomariz, Enrique (Coord.). Mulheres latino-americanas em dados: Brasil, Madrid: Instituto de la Mujer; Santiago: FLASCO, 1993. (Dados para o período 1983-1988).

Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

Gráfico 1.8 - Prefeitos(as) eleitos(as), por sexo, para os períodos 2001/2004, 1997/2000 e 1993/1996, segundo as Grandes Regiões



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Tribunais Regionais Eleitorais – TREs
 Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

2 - VEREADORES(AS)

TABELA 2.1
VEREADORES(AS) ELEITOS(AS), POR SEXO, PARA O PERÍODO 2001/2004,
SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

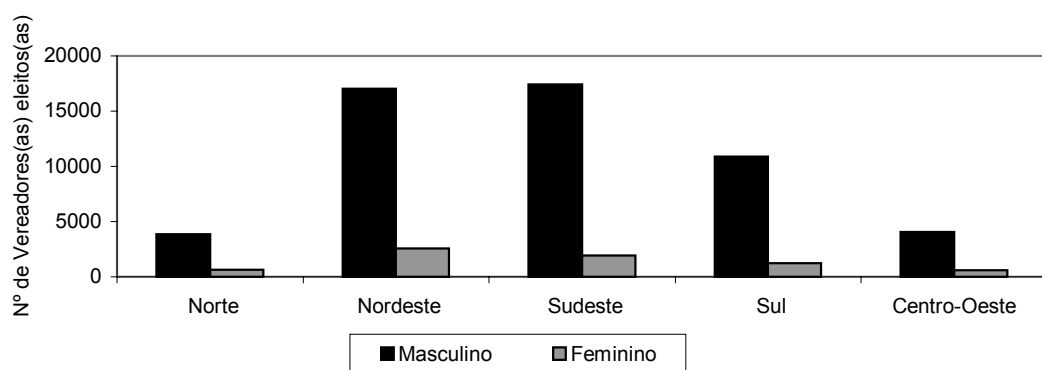
GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MUNICÍPIOS BRASILEIROS	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	NÃO INFORMADO
Brasil*	5559	60277	53266	7001	20
Norte	449	4501	3872	625	4
Nordeste	1791	19621	17044	2569	10
Sudeste	1668	19361	17412	1955	2
Sul	1189	12125	10874	1248	3
Centro-Oeste	462	4669	4064	604	1
Norte					
Rondônia	52	527	471	55	1
Acre	22	209	179	30	-
Amazonas	62	630	548	82	-
Roraima	15	159	142	17	-
Pará	143	1547	1334	211	2
Amapá	16	160	127	33	-
Tocantins	139	1269	1071	197	1
Nordeste					
Maranhão	217	2347	2006	340	1
Piauí	222	2122	1851	268	3
Ceará	184	2504	2185	319	-
Rio Grande do Norte	167	1648	1394	254	-
Paraíba	223	2497	2145	352	-
Pernambuco	184	1978	1781	197	2
Alagoas	102	1016	885	131	-
Sergipe	75	806	669	137	-
Bahia	417	4703	4128	571	4
Sudeste					
Minas Gerais	853	9091	8133	958	2
Espírito Santo	78	994	916	78	-
Rio de Janeiro	92	1279	1185	94	-
São Paulo	645	8003	7178	825	-
Sul					
Paraná	399	4007	3596	410	1
Santa Catarina	293	2993	2701	292	-
Rio Grande do Sul	497	5125	4577	546	2
Centro-Oeste					
Mato Grosso do Sul	77	787	685	102	-
Mato Grosso	139	1416	1219	196	1
Goiás	246	2466	2160	306	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2001)

Nota: *Excluídos o Distrito Federal e Fernando de Noronha

Gráfico 2.1 - Vereadores(as) eleitos(as), por sexo, para o período 2001/2004, segundo as Grandes Regiões



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Tribunais Regionais Eleitorais – TREs
Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2001)

TABELA 2.2
VEREADORES(AS) ELEITOS(AS), POR SEXO, PARA O PERÍODO 1997/2000,
SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MUNICÍPIOS BRASILEIROS	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	NOMES DÚBIOS¹
BRASIL*	5505	58704	51725	6598	98
Norte	449	4378	3765	613	-
Nordeste	1786	19266	16686	2498	82
Sudeste	1666	19134	17318	1808	8
Sul	1159	11486	10071	1124	-
Centro-Oeste	445	4440	3877	555	8
Norte					
Rondônia	52	530	467	63	-
Acre	22	207	173	34	-
Amazonas	62	602	517	85	-
Roraima	15	304	281	23	-
Pará	143	1328	1132	196	-
Amapá	16	158	140	18	-
Tocantins	139	1249	1055	194	-
Nordeste					
Maranhão	217	2279	1861	336	82
Piauí	221	2105	1838	267	-
Ceará	184	2502	2161	341	-
Rio Grande do Norte	166	1635	1389	246	-
Paraíba	223	2501	2162	339	-
Pernambuco	184	1913	1720	193	-
Alagoas	101	994	859	135	-
Sergipe	75	799	704	95	-
Bahia	415	4538	3992	546	-
Sudeste					
Minas Gerais	853	9091	8215	876	-
Espírito Santo	77	996	911	85	-
Rio de Janeiro	91	1263	1180	83	-
São Paulo	645	9383	8611	764	8
Sul**					
Paraná	399	3991	3603	388	-
Santa Catarina	467	2971	2442	269	-
Rio Grande do Sul	293	4524	4026	467	-
Centro-Oeste					
Mato Grosso do Sul	77	785	688	97	-
Mato Grosso	126	1284	1116	168	-
Goiás	242	2371	2073	290	8

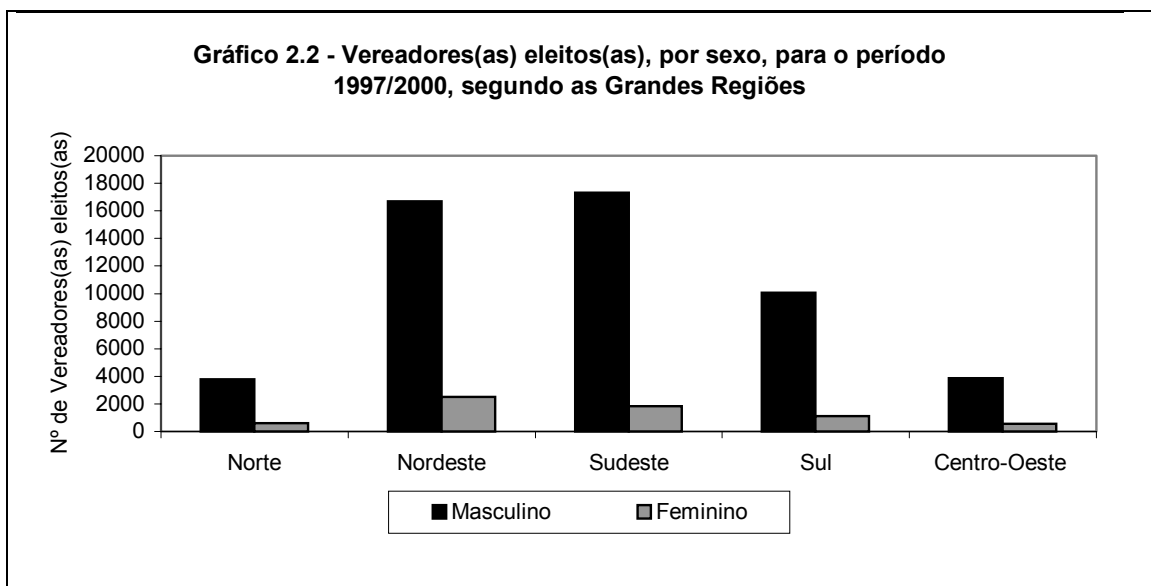
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE e Tribunais Regionais Eleitorais - TREs

Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (1997)

**Dados fornecidos pela Associação Casa da Mulher Catarinense/SC

Nota: *Excluídos o Distrito Federal e Fernando de Noronha

¹ Nomes dúbios (masculino ou feminino)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Tribunais Regionais Eleitorais – TREs
 Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (1997)

TABELA 2.3
VEREADORES ELEITOS, POR SEXO, PARA O PERÍODO 1993/1996, SEGUNDO AS
GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MUNICÍPIOS BRASILEIROS	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	NOMES DÚBIOS¹
BRASIL*	4972	53108	48998	3964	146
Norte	398	3896	3425	436	35
Nordeste	1557	17139	15465	1629	45
Sudeste	1533	19529	18336	1193	-
Sul	1058	10565	9950	549	66
Centro-Oeste	426	1979	1822	157	-
Norte					
Rondônia	40	396	361	35	-
Acre	22	209	171	38	-
Amazonas	62	594	527	67	-
Roraima	08	79	67	12	-
Pará	128	1330	1188	142	35
Amapá	15	146	133	13	-
Tocantins	123	1107	978	129	-
Nordeste					
Maranhão	136	1445	1254	191	-
Piauí	148	1437	1300	137	-
Ceará	184	2484	2219	265	-
Rio Grande do Norte	152	1504	1344	160	-
Paraíba	171	2021	1805	216	-
Pernambuco	176	1786	1691	95	-
Alagoas	100	958	850	108	-
Sergipe	75	792	722	70	-
Bahia	415	4667	4280	387	45
Sudeste					
Minas Gerais	756	8217	7681	536	-
Espírito Santo	71	951	883	68	-
Rio de Janeiro	81	1143	1073	70	-
São Paulo	625	9218	8699	519	-
Sul					
Paraná	371	3681	3471	210	-
Santa Catarina	260	2422	2243	113	66
Rio Grande do Sul**	427	4462	4236	226	-
Centro-Oeste					
Mato Grosso do Sul	77	777	721	56	-
Mato Grosso	117	1202	1101	101	-
Goiás ²	232	-	-	-	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE e Tribunais Regionais Eleitorais - TREs

Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (1997)

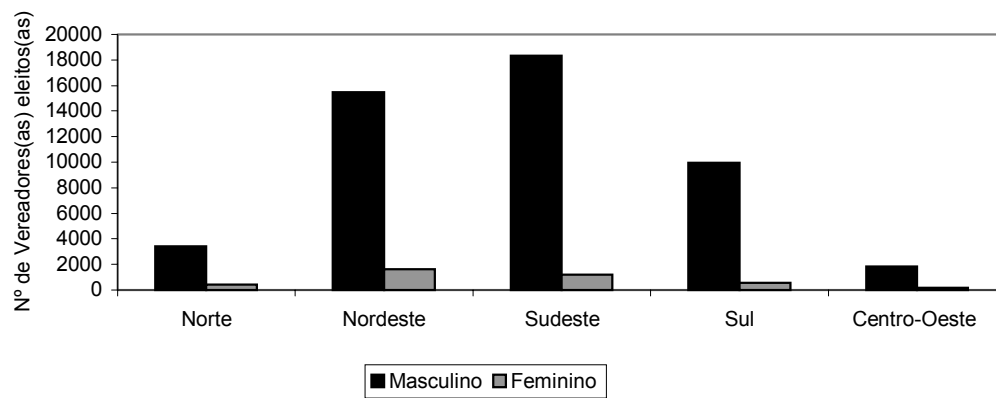
**UFRGS/Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/Projeto Perfil da Vereadora Gaúcha (1992-2000)

Nota: *Excluídos o Distrito Federal e Fernando de Noronha

¹ Nomes dúbios (masculino ou feminino)

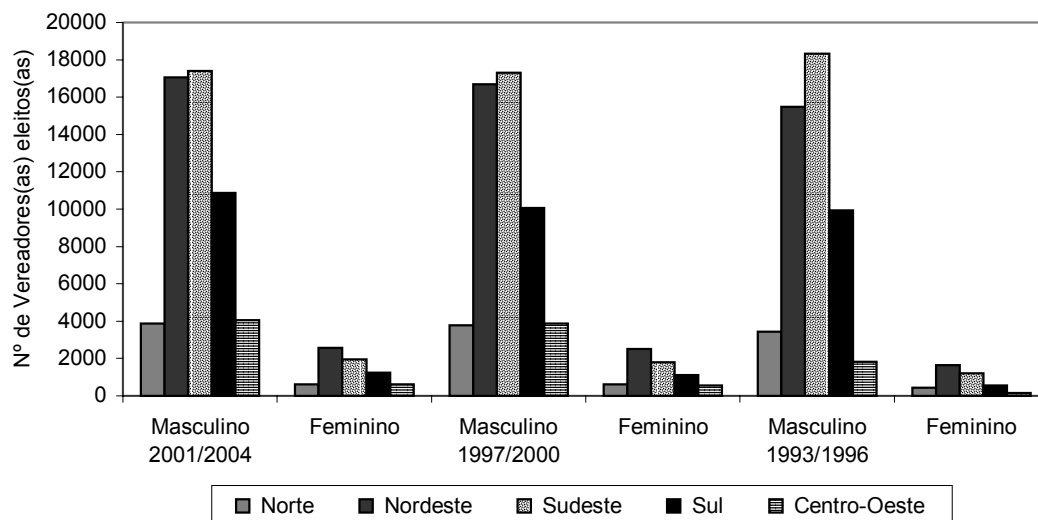
² Dados não disponíveis no Estado

Gráfico 2.3 - Vereadores(as) eleitos(as), por sexo, para o período 1993/1996, segundo as Grandes Regiões



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Tribunais Regionais Eleitorais – TREs
Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (1997)

Gráfico 2.4 - Vereadores(as) eleitos(as), por sexo, para os períodos 2001/2004, 1997/2000 e 1993/1996, segundo as Grandes Regiões



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Tribunais Regionais Eleitorais – TREs

Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2001)

3 – DEPUTADOS(AS)

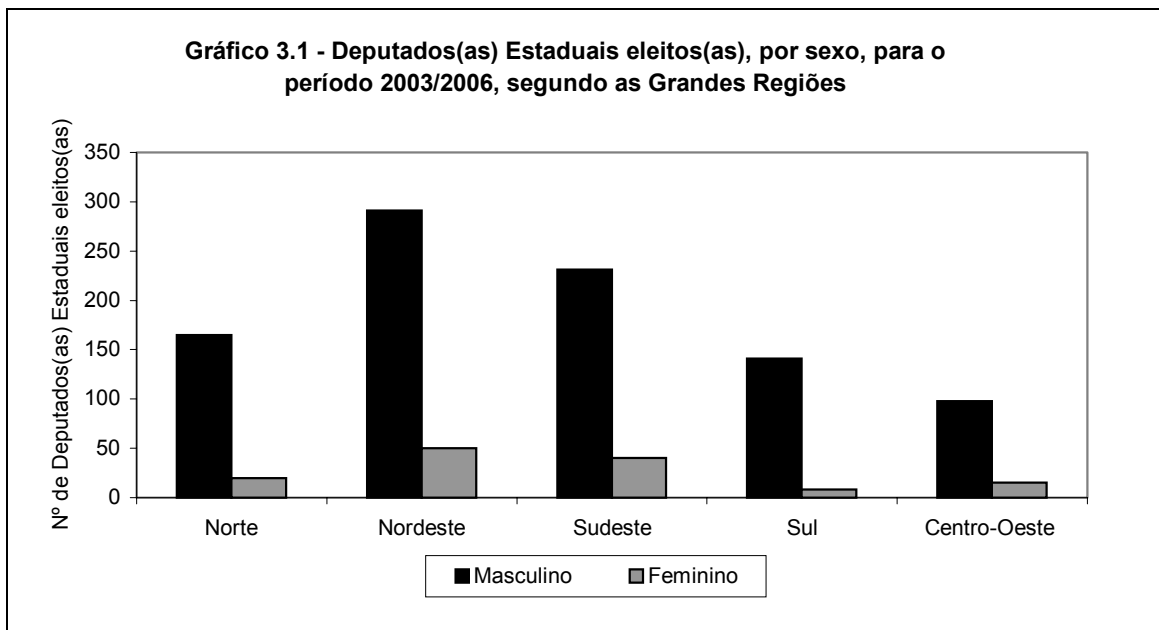
TABELA 3.1
DEPUTADOS(AS) ESTADUAIS ELEITOS(AS), POR SEXO,
PARA O PERÍODO 2003/2006, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES
DA FEDERAÇÃO

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO
Brasil	1059	926	133
Norte	185	165	20
Nordeste	341	291	50
Sudeste	271	231	40
Sul	149	141	8
Centro-Oeste	113	98	15
NORTE			
Rondônia	24	23	1
Acre	24	22	2
Amazonas	24	23	1
Roraima	24	21	3
Pará	41	33	8
Amapá	24	21	3
Tocantins	24	22	2
NORDESTE			
Maranhão	42	34	8
Piauí	30	28	2
Ceará	46	38	8
Rio Grande do Norte	24	20	4
Paraíba	36	30	6
Pernambuco	49	41	8
Alagoas	27	25	2
Sergipe	24	18	6
Bahia	63	57	6
SUDESTE			
Minas Gerais	77	67	10
Espírito Santo	30	25	5
Rio de Janeiro	70	55	15
São Paulo	94	84	10
SUL			
Paraná	54	50	4
Santa Catarina	40	38	2
Rio Grande do Sul	55	53	2
CENTRO-OESTE			
Distrito Federal*	24	19	5
Mato Grosso do Sul	24	22	2
Mato Grosso	24	23	1
Goias	41	34	7

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social / Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

Nota: *No caso do Distrito Federal, a representação é em nível distrital.



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Tribunais Regionais Eleitorais – TREs
 Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

TABELA 3.2
DEPUTADOS(AS) ESTADUAIS ELEITOS(AS), POR SEXO,
PARA O PERÍODO 1999/2002, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E
UNIDADES DA FEDERAÇÃO

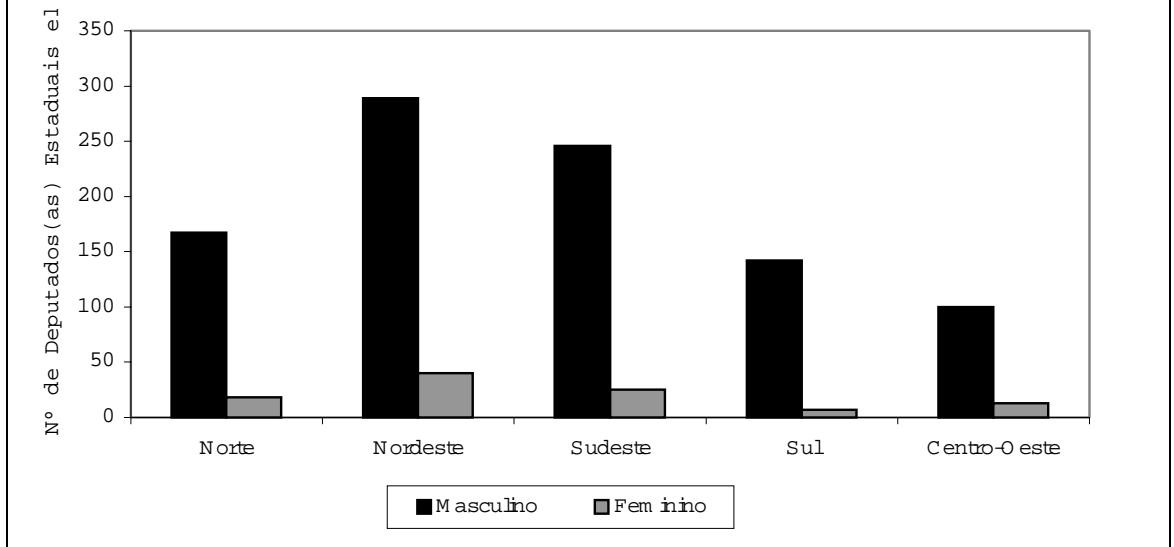
GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO
BRASIL	1047	944	103
Norte	185	167	18
Nordeste	329	289	40
Sudeste	271	246	25
Sul	149	142	07
Centro-Oeste	113	100	13
Norte			
Rondônia	24	22	02
Acre	24	23	01
Amazonas	24	24	-
Roraima	24	20	04
Pará	41	34	07
Amapá	24	22	02
Tocantins	24	22	02
Nordeste			
Maranhão	43	35	08
Piauí	30	28	02
Ceará	46	42	04
Rio Grande do Norte	24	20	04
Paraíba	36	29	07
Pernambuco	36	35	01
Alagoas	27	24	03
Sergipe	24	20	04
Bahia	63	56	07
Sudeste			
Minas Gerais	77	72	05
Espírito Santo	30	29	01
Rio de Janeiro	70	58	12
São Paulo	94	87	07
Sul			
Paraná	54	53	01
Santa Catarina	40	38	02
Rio Grande do Sul	55	51	04
Centro-Oeste			
Distrito Federal*	24	21	03
Mato Grosso do Sul	24	23	01
Mato Grosso	24	22	02
Goiás	41	34	07

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE e Tribunais Regionais Eleitorais - TREs.

Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (1998)

Nota: *No caso do Distrito Federal, a representação é em nível distrital.

Gráfico 3.2 - Deputados(as) Estaduais eleitos(as), por sexo, para o período 1999/2002



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Tribunais Regionais Eleitorais – TREs
Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (1998)

TABELA 3.3
DEPUTADOS(AS) ESTADUAIS ELEITOS(AS), POR SEXO,
PARA O PERÍODO 1995/1998, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E
UNIDADES DA FEDERAÇÃO

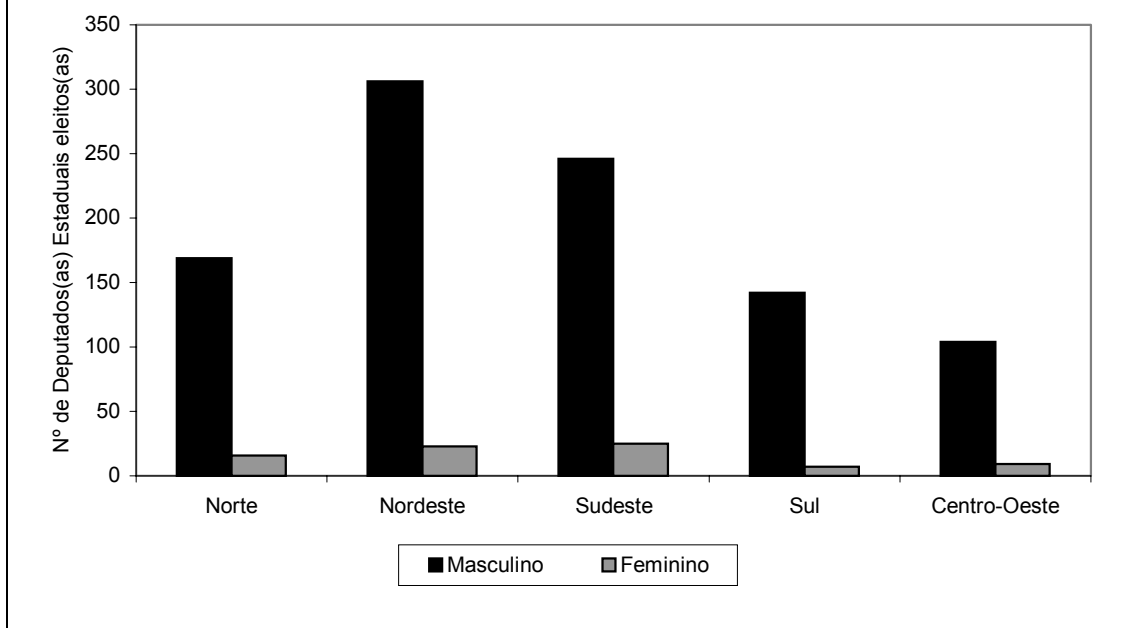
GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO
BRASIL	1047	967	80
Norte	185	169	16
Nordeste	329	306	23
Sudeste	271	246	25
Sul	149	142	7
Centro-Oeste	113	104	9
Norte			
Rondônia	24	19	05
Acre	24	24	-
Amazonas	24	23	01
Roraima	24	21	03
Pará	41	35	06
Amapá	24	23	01
Tocantins	24	24	-
Nordeste			
Maranhão	43	40	03
Piauí	30	30	-
Ceará	46	44	02
Rio Grande do Norte	24	21	03
Paraíba	36	32	04
Pernambuco	36	34	02
Alagoas	27	25	02
Sergipe	24	21	03
Bahia	63	59	04
Sudeste			
Minas Gerais	77	76	01
Espírito Santo	30	28	02
Rio de Janeiro	70	59	11
São Paulo	94	83	11
Sul			
Paraná	54	53	01
Santa Catarina	40	39	01
Rio Grande do Sul	55	50	05
Centro-Oeste			
Distrito Federal*	24	22	02
Mato Grosso do Sul	24	23	01
Mato Grosso	24	22	02
Goiás	41	37	04

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Tribunais Regionais Eleitorais - TREs e Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/ Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (1998)

Nota: *No caso do Distrito Federal, a representação é em nível distrital.

Gráfico 3.3 - Deputados(as) Estaduais eleitos(as), por sexo, para o período 1995/1998



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Tribunais Regionais Eleitorais – TREs
Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (1998)

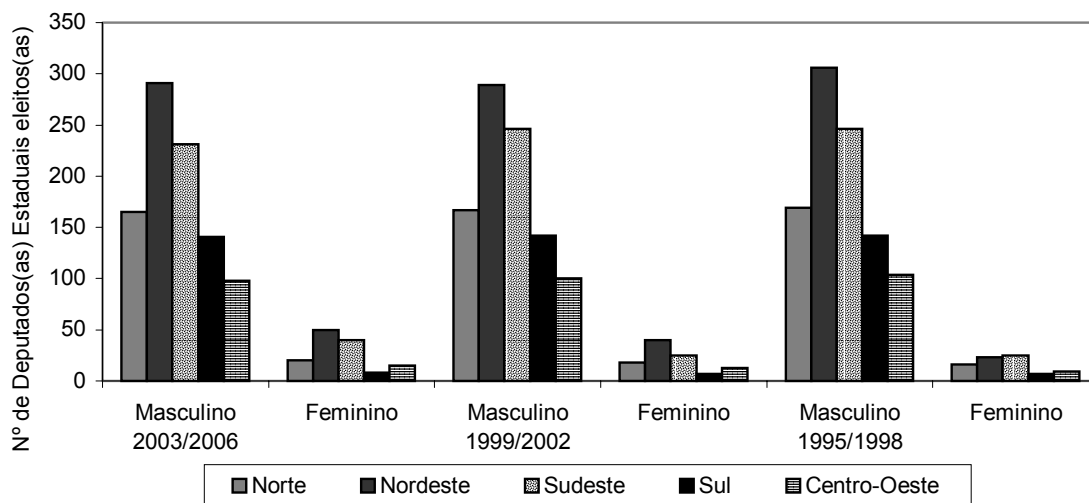
TABELA 3.4
PROPORÇÃO DE DEPUTADOS(AS) ESTADUAIS ELEITOS(AS), POR SEXO, PARA OS PERÍODOS 1995/1998, 1999/2002 E 2003/ 2006, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES

GRANDES REGIÕES	DEPUTADOS E DEPUTADAS														
	PERÍODO 1995/ 1998					PERÍODO 1999/2002					PERÍODO 2003 - 2006				
	TOTAL (%)	DEPUTADOS		DEPUTADAS		TOTAL (%)	DEPUTADOS		DEPUTADAS		TOTAL (%)	DEPUTADOS		DEPUTADAS	
		Nº	(%)	Nº	(%)		Nº	(%)	Nº	(%)		Nº	(%)	Nº	(%)
Norte	100	169	91	16	9	100	167	90	18	10	100	165	89	20	11
Nordeste	100	306	93	23	7	100	289	88	40	12	100	291	85	50	15
Sudeste	100	246	91	25	9	100	246	90,8	25	9,2	100	231	85	40	15
Sul	100	142	95	7	5	100	142	95	7	5	100	141	95	8	5
Centro-Oeste	100	104	92	9	8	100	100	88	13	12	100	98	87	15	13

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE e Tribunais Regionais Eleitorais - TREs.

Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

Gráfico 3.4 - Deputados(as) Estaduais eleitos(as), por sexo, para os períodos 2003/2006, 1999/2002 e 1995/1998



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Tribunais Regionais Eleitorais – TREs
 Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

TABELA 3.5
DEPUTADOS(AS) FEDERAIS ELEITOS(AS), POR SEXO,
PARA O PERÍODO 2003/2006, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E
UNIDADES DA FEDERAÇÃO

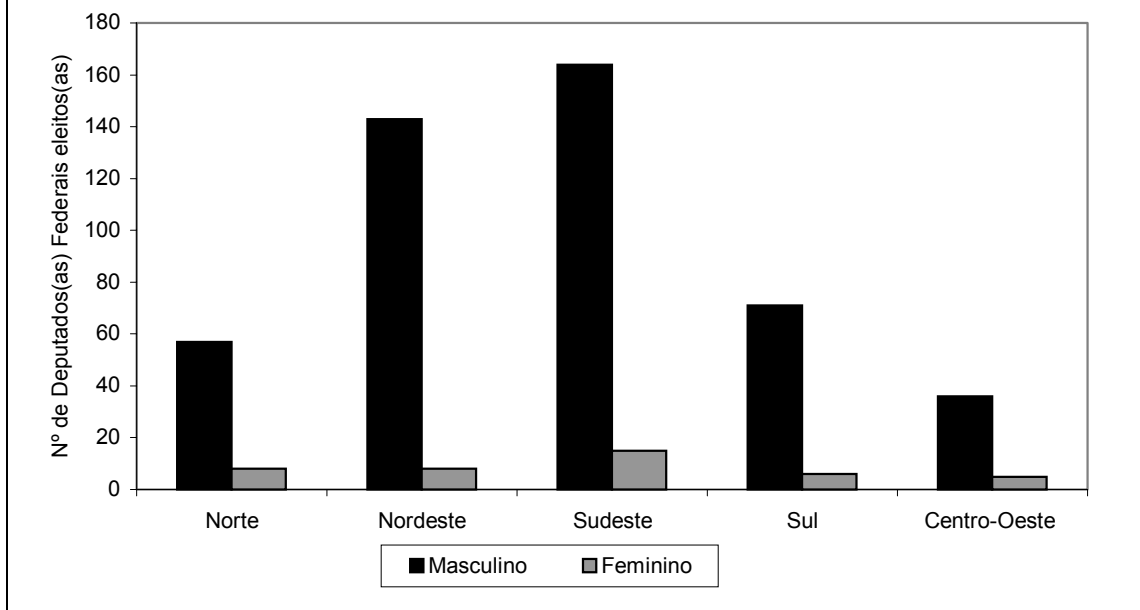
GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO
Brasil	513	471	42
Norte	65	57	8
Nordeste	151	143	8
Sudeste	179	164	15
Sul	77	71	6
Centro-Oeste	41	36	5
NORTE			
Rondônia	8	7	1
Acre	8	7	1
Amazonas	8	7	1
Roraima	8	6	2
Pará	17	16	1
Amapá	8	7	1
Tocantins	8	7	1
NORDESTE			
Maranhão	18	16	2
Piauí	10	9	1
Ceará	22	22	-
Rio Grande do Norte	8	6	2
Paraíba	12	11	1
Pernambuco	25	25	-
Alagoas	9	9	-
Sergipe	8	8	-
Bahia	39	37	2
SUDESTE			
Minas Gerais	53	52	1
Espírito Santo	10	8	2
Rio de Janeiro	46	40	6
São Paulo	70	64	6
SUL			
Paraná	30	29	1
Santa Catarina	16	15	1
Rio Grande do Sul	31	27	4
CENTRO-OESTE			
Distrito Federal*	8	7	1
Mato Grosso do Sul	8	8	-
Mato Grosso	8	6	2
Goiás	17	15	2

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

Nota: *No caso do Distrito Federal, a representação é em nível distrital.

Gráfico 3.5 - Deputados(as) Federais eleitos(as), por sexo, para o período 2003/2006, segundo as Grandes Regiões



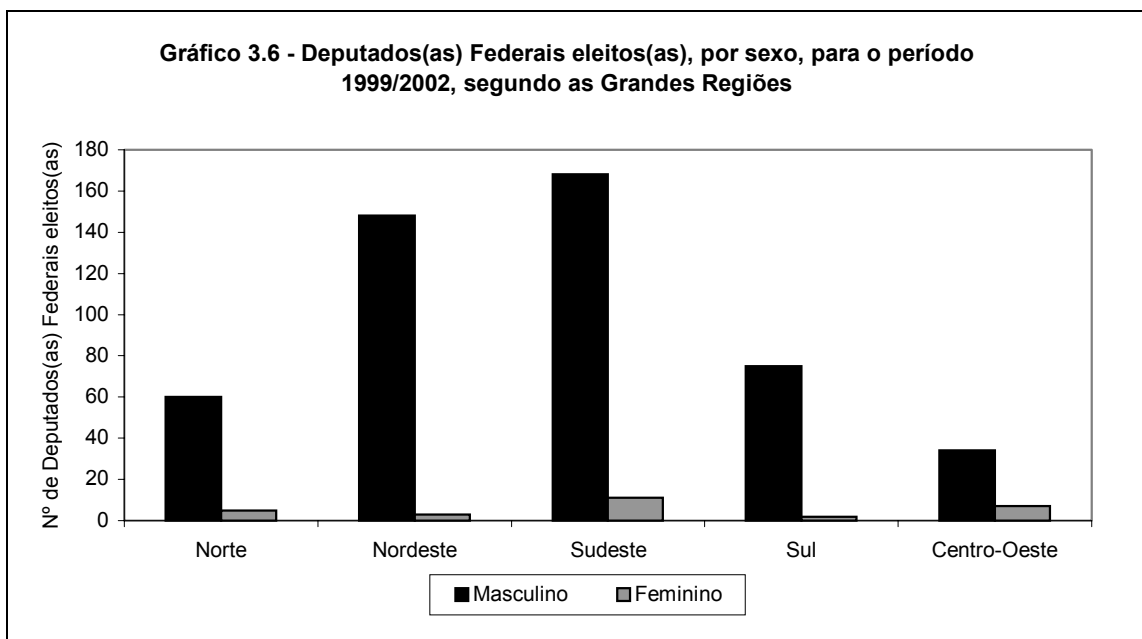
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Tribunais Regionais Eleitorais – TREs
Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

TABELA 3.6
DEPUTADOS(AS) FEDERAIS ELEITOS(AS), POR SEXO,
PARA O PERÍODO 1999/2002, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E
UNIDADES DA FEDERAÇÃO

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO
BRASIL	513	485	28
Norte	65	60	05
Nordeste	151	148	03
Sudeste	179	168	11
Sul	77	75	02
Centro-Oeste	41	34	07
Norte			
Rondônia	08	07	01
Acre	08	07	01
Amazonas	08	07	01
Roraima	08	08	-
Pará	17	16	01
Amapá	08	07	01
Tocantins	08	08	-
Nordeste			
Maranhão	18	16	02
Piauí	10	10	-
Ceará	22	22	-
Rio Grande do Norte	08	07	01
Paraíba	12	12	-
Pernambuco	25	25	-
Alagoas	09	09	-
Sergipe	08	08	-
Bahia	39	39	-
Sudeste			
Minas Gerais	53	50	03
Espírito Santo	10	09	01
Rio de Janeiro	46	42	04
São Paulo	70	67	03
Sul			
Paraná	30	30	-
Santa Catarina	16	15	01
Rio Grande do Sul	31	30	01
Centro-Oeste			
Distrito Federal	08	07	01
Mato Grosso do Sul	08	07	01
Mato Grosso	08	06	02
Goiás	17	14	03

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE e Tribunais Regionais Eleitorais - TREs.
 Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/ Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (1998)

Gráfico 3.6 - Deputados(as) Federais eleitos(as), por sexo, para o período 1999/2002, segundo as Grandes Regiões



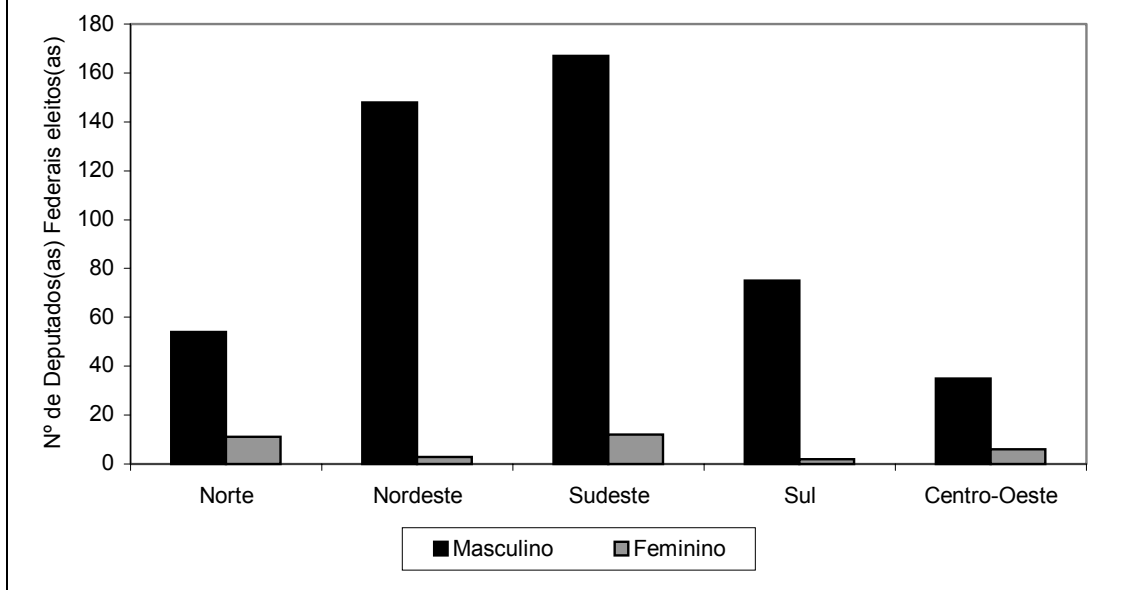
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Tribunais Regionais Eleitorais – TREs
Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (1998)

TABELA 3.7
DEPUTADOS(AS) FEDERAIS ELEITOS, POR SEXO,
PARA O PERÍODO 1995/1998, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E
UNIDADES DA FEDERAÇÃO

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO
BRASIL	513	479	34
Norte	65	54	11
Nordeste	151	148	03
Sudeste	179	167	12
Sul	77	75	02
Centro-Oeste	41	35	06
Norte			
Rondônia	08	06	02
Acre	08	06	02
Amazonas	08	07	01
Roraima	08	08	-
Pará	17	14	03
Amapá	08	06	02
Tocantins	08	07	01
Nordeste			
Maranhão	18	17	01
Piauí	10	10	-
Ceará	22	22	-
Rio Grande do Norte	08	08	-
Paraíba	12	12	-
Pernambuco	25	25	-
Alagoas	09	08	01
Sergipe	08	08	-
Bahia	39	38	01
Sudeste			
Minas Gerais	53	51	02
Espírito Santo	10	09	01
Rio de Janeiro	46	40	06
São Paulo	70	67	03
Sul			
Paraná	30	30	-
Santa Catarina	16	16	-
Rio Grande do Sul	31	29	02
Centro-Oeste			
Distrito Federal	08	07	01
Mato Grosso do Sul	08	06	02
Mato Grosso	08	07	01
Goiás	17	15	02

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE e Tribunais Regionais Eleitorais - TREs
 Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social//Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (1998)

Gráfico 3.7 - Deputados(as) Federais eleitos(as), por sexo, para o período 1995/1998, segundo as Grandes Regiões



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Tribunais Regionais Eleitorais – TREs
Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (1998)

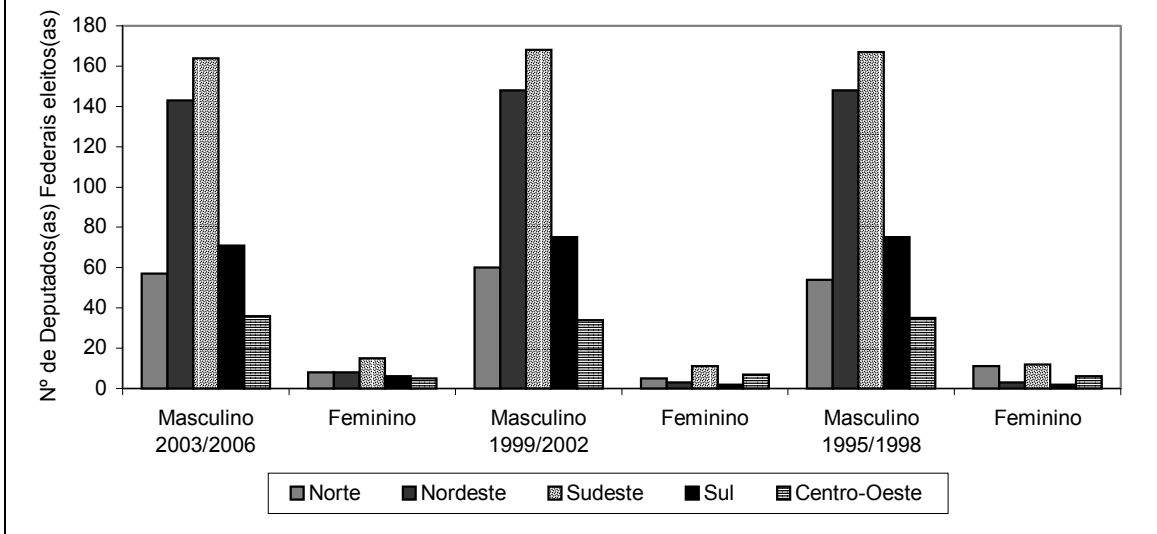
TABELA 3.8
PROPORÇÃO DE DEPUTADOS(AS) FEDERAIS ELEITOS(AS), POR SEXO, PARA OS PERÍODOS 1995/1998, 1999/2002 E 2003/2006,
SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES

GRANDES REGIÕES	DEPUTADOS E DEPUTADAS														
	PERÍODO 1995/ 1998					PERÍODO 1999/2002					PERÍODO 2003/2006				
	TOTAL (%)	DEPUTADOS		DEPUTADAS		TOTAL (%)	DEPUTADOS		DEPUTADAS		TOTAL (%)	DEPUTADOS		DEPUTADAS	
		Nº	(%)	Nº	(%)		Nº	(%)	Nº	(%)		Nº	(%)	Nº	(%)
Norte	100	54	85	11	15	100	60	92	5	8	100	57	88	8	12
Nordeste	100	148	97	3	3	100	148	97	3	3	100	143	95	8	5
Sudeste	100	167	94	12	6	100	168	94	11	6	100	164	92	15	8
Sul	100	75	99	2	1	100	75	97	2	3	100	71	92	6	8
Centro-Oeste	100	35	85	6	15	100	34	83	7	17	100	36	88	5	12

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE e Tribunais Regionais Eleitorais - TREs.

Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

Gráfico 3.8 - Deputados(as) Federais eleitos(as), por sexo, para os períodos 2003/2006, 1999/2002 e 1995/1998, segundo as Grandes Regiões



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Tribunais Regionais Eleitorais – TREs
 Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

4. SENADORES(AS)

TABELA 4.1
SENADORES(AS) ELEITOS(AS), POR SEXO, PARA OS PERÍODOS 1999/2007 E 2003/2011,
SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

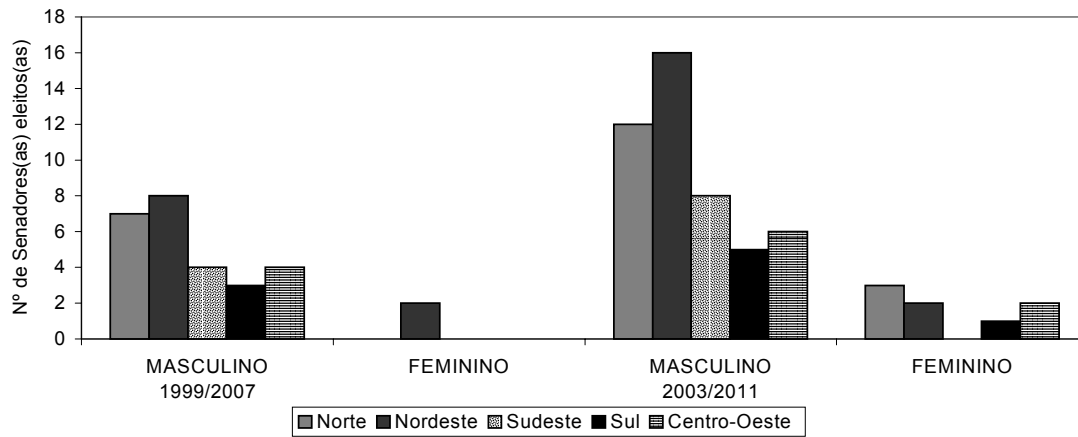
GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1999/2007			2003/2011		
	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO
Brasil	28	26	02	55	47	08
Norte	07	07	-	15	12	03
Nordeste	10	08	02	18	16	02
Sudeste	04	04	-	08	08	-
Sul	03	03	-	06	05	01
Centro-Oeste	04	04	-	08	06	02
NORTE						
Rondônia	01	01	-	02	01	01
Acre	01	01	-	03	02	01
Amazonas	01	01	-	02	02	-
Roraima	01	01	-	02	02	-
Pará	01	01	-	02	01	01
Amapá	01	01	-	02	02	-
Tocantins	01	01	-	02	02	-
NORDESTE						
Maranhão	01	01	-	02	01	01
Piauí	01	01	-	02	02	-
Ceará	01	01	-	02	01	01
Rio Grande do Norte	01	01	-	02	02	-
Paraíba	01	01	-	02	02	-
Pernambuco	01	01	-	02	02	-
Alagoas	01	-	01	02	02	-
Sergipe	02	01	01	02	02	-
Bahia	01	01	-	02	02	-
SUDESTE						
Minas Gerais	01	01	-	02	02	-
Espírito Santo	01	01	-	02	02	-
Rio de Janeiro	01	01	-	02	02	-
São Paulo	01	01	-	02	02	-
SUL						
Paraná	01	01	-	02	02	-
Santa Catarina	01	01	-	02	01	01
Rio Grande do Sul	01	01	-	02	02	-
CENTRO-OESTE						
Distrito Federal*	01	01	-	02	02	-
Mato Grosso do Sul	01	01	-	02	02	-
Mato Grosso	01	01	-	02	01	01
Goias	01	01	-	02	01	01

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

Nota: No caso do Distrito Federal, a representação é em nível distrital.

Gráfico 4.1 - Senadores(as) eleitos(as), por sexo, para os períodos 1999/2007 e 2003/2011, segundo as Grandes Regiões



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Tribunais Regionais Eleitorais – TREs
 Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

TABELA 4.2
SENADORAS ELEITAS, POR GRANDES REGIÕES, PARA O PERÍODO 2003/2011,
SEGUNDO OS PARTIDOS POLÍTICOS

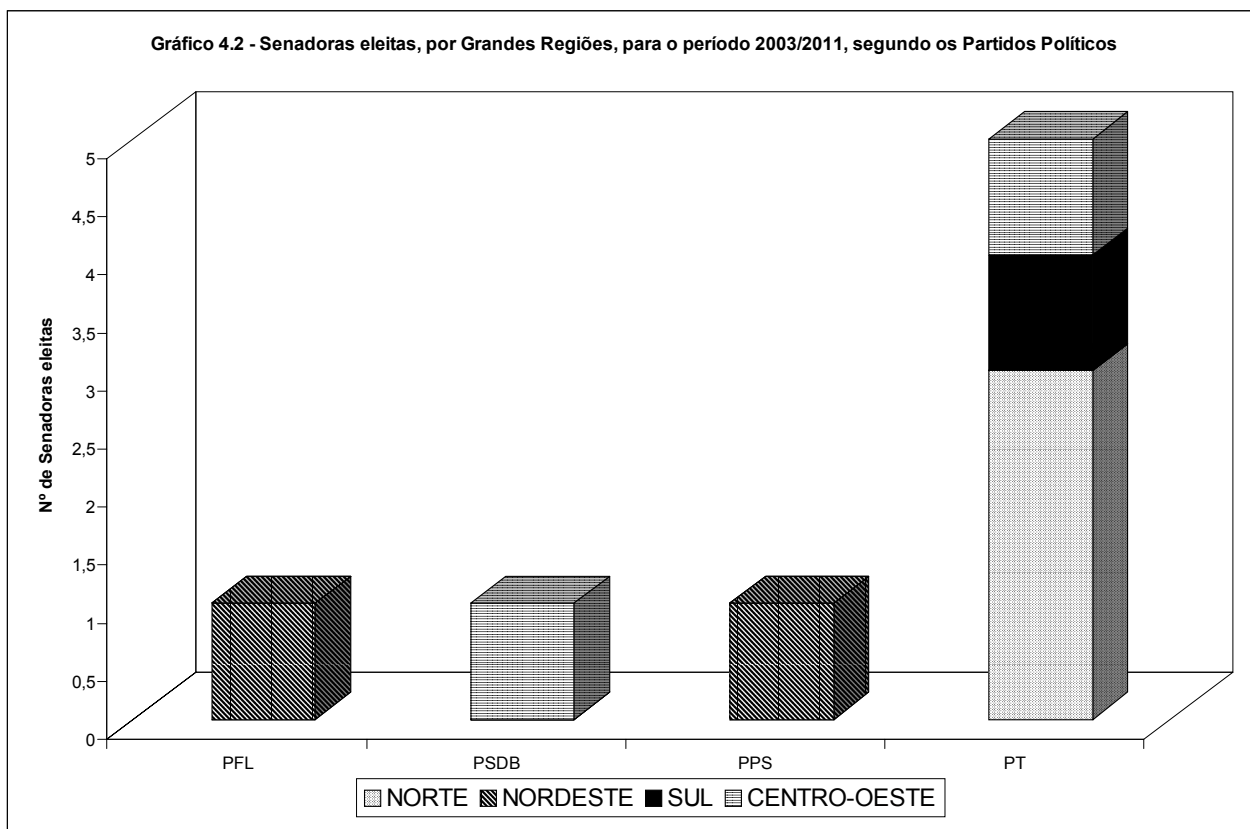
PARTIDOS POLÍTICOS	GRANDES REGIÕES					
	TOTAL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO- OESTE
TOTAL	08	03	02	-	01	02
PDT	-	-	-	-	-	-
PFL	01	-	01	-	-	-
PL	-	-	-	-	-	-
PMDB	-	-	-	-	-	-
PPB	-	-	-	-	-	-
PSB	-	-	-	-	-	-
PSC	-	-	-	-	-	-
PSD	-	-	-	-	-	-
PSDB	01	-	-	-	-	01
PT	05	03	-	-	01	01
PTB	-	-	-	-	-	-
PT do B	-	-	-	-	-	-
PPS	01	-	01	-	-	-
PRP	-	-	-	-	-	-
PST	-	-	-	-	-	-
PV	-	-	-	-	-	-
PC do B	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

Nota: No caso do Distrito Federal, a representação é em nível distrital.

Gráfico 4.2 - Senadoras eleitas, por Grandes Regiões, para o período 2003/2011, segundo os Partidos Políticos



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Tribunais Regionais Eleitorais – TREsDados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

TABELA 4.3
SENADORAS ELEITAS, POR GRANDES REGIÕES, PARA O PERÍODO 1999/2007,
SEGUNDO OS PARTIDOS POLÍTICOS

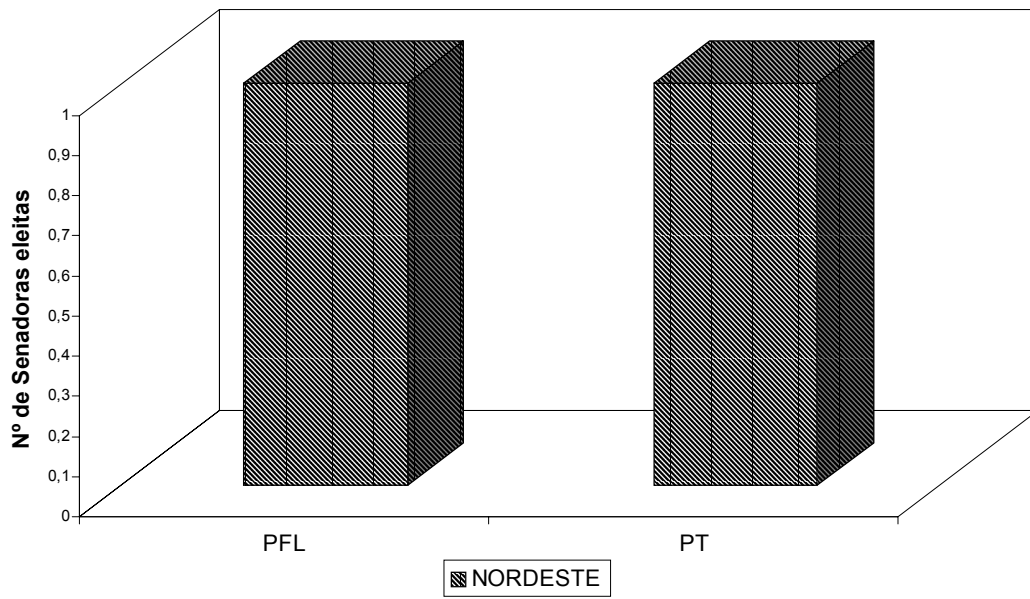
PARTIDOS POLÍTICOS	GRANDES REGIÕES					
	TOTAL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO -OESTE
TOTAL	02	-	02	-	-	-
PDT	-	-	-	-	-	-
PFL	01	-	01	-	-	-
PL	-	-	-	-	-	-
PMDB	-	-	-	-	-	-
PPB	-	-	-	-	-	-
PSB	-	-	-	-	-	-
PSC	-	-	-	-	-	-
PSD	-	-	-	-	-	-
PSDB	-	-	-	-	-	-
PT	01	-	01	-	-	-
PTB	-	-	-	-	-	-
PT do B	-	-	-	-	-	-
PPS	-	-	-	-	-	-
PRP	-	-	-	-	-	-
PST	-	-	-	-	-	-
PV	-	-	-	-	-	-
PC do B	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

Nota: No caso do Distrito Federal, a representação é em nível distrital.

Gráfico 4.3 - Senadoras eleitas, por Grandes Regiões, para o período 1999/2007, segundo os Partidos Políticos



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Tribunais Regionais Eleitorais – TREs
Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

5. GOVERNADORES(AS)

TABELA 5.1
GOVERNADORES(AS) ELEITOS(AS), POR SEXO, PARA O PERÍODO 2003/2006,
SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MASCULINO	FEMININO
Brasil	25	02
Norte	07	-
Nordeste	08	01
Sudeste	03	01
Sul	03	-
Centro-Oeste	04	-
NORTE		
Rondônia	01	-
Acre	01	-
Amazonas	01	-
Roraima	01	-
Pará	01	-
Amapá	01	-
Tocantins	01	-
NORDESTE		
Maranhão	01	-
Piauí	01	-
Ceará	01	-
Rio Grande do Norte	-	01
Paraíba	01	-
Pernambuco	01	-
Alagoas	01	-
Sergipe	01	-
Bahia	01	-
SUDESTE		
Minas Gerais	01	-
Espírito Santo	01	-
Rio de Janeiro	-	01
São Paulo	01	-
SUL		
Paraná	01	-
Santa Catarina	01	-
Rio Grande do Sul	01	-
CENTRO-OESTE		
Distrito Federal*	01	-
Mato Grosso do Sul	01	-
Mato Grosso	01	-
Goiás	01	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

Nota: *No caso do Distrito Federal, a representação é em nível distrital.

TABELA 5.2
GOVERNADORES (AS) ELEITOS(AS), POR SEXO, PARA O PERÍODO 1999/2002,
SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MASCULINO	FEMININO
BRASIL	26	01
Norte	07	-
Nordeste	08	01
Sudeste	04	-
Sul	03	-
Centro-Oeste	04	-
Norte		
Rondônia	01	-
Acre	01	-
Amazonas	01	-
Roraima	01	-
Pará	01	-
Amapá	01	-
Tocantins	01	-
Nordeste		
Maranhão	-	01
Piauí	01	-
Ceará	01	-
Rio Grande do Norte	01	-
Paraíba	01	-
Pernambuco	01	-
Alagoas	01	-
Sergipe	01	-
Bahia	01	-
Sudeste		
Minas Gerais	01	-
Espírito Santo	01	-
Rio de Janeiro	01	-
São Paulo	01	-
Sul		
Paraná	01	-
Santa Catarina	01	-
Rio Grande do Sul	01	-
Centro-Oeste		
Mato Grosso do Sul	01	-
Mato Grosso	01	-
Goiás	01	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE e Tribunais Regionais Eleitorais - TREs.

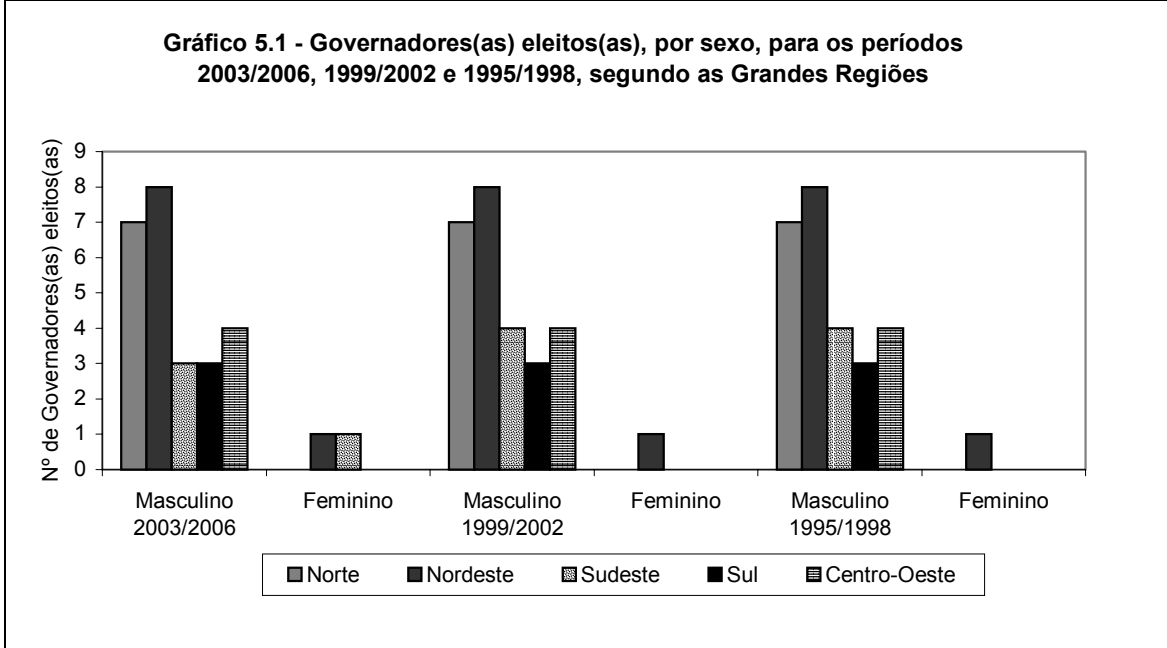
Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (1998)

TABELA 5.3
GOVERNADORES(AS) ELEITOS(AS), POR SEXO,
PARA O PERÍODO 1995/1998, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E
UNIDADES DA FEDERAÇÃO

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MASCULINO	FEMININO
BRASIL	26	01
Norte	07	-
Nordeste	08	01
Sudeste	04	-
Sul	03	-
Centro-Oeste	04	-
Norte		
Rondônia	01	-
Acre	01	-
Amazonas	01	-
Roraima	01	-
Pará	01	-
Amapá	01	-
Tocantins	01	-
Nordeste		
Maranhão	-	01
Piauí	01	-
Ceará	01	-
Rio Grande do Norte	01	-
Paraíba	01	-
Pernambuco	01	-
Alagoas	01	-
Sergipe	01	-
Bahia	01	-
Sudeste		
Minas Gerais	01	-
Espírito Santo	01	-
Rio de Janeiro	01	-
São Paulo	01	-
Sul		
Paraná	01	-
Santa Catarina	01	-
Rio Grande do Sul	01	-
Centro-Oeste		
Mato Grosso do Sul	01	-
Mato Grosso	-	-
Goias	01	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE e Tribunais Regionais Eleitorais - TRES.
 Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento
 Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (1998)

Gráfico 5.1 - Governadores(as) eleitos(as), por sexo, para os períodos 2003/2006, 1999/2002 e 1995/1998, segundo as Grandes Regiões



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Tribunais Regionais Eleitorais – TREs
 Dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Área de Desenvolvimento Econômico e Social/Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2003)

6. Glossário de Siglas

- PAN – Partido dos Aposentados da Nação
- PC do B – Partido Comunista do Brasil
- PCB – Partido Comunista Brasileiro
- PCO – Partido da Causa Operária
- PDT - Partido Democrático Trabalhista
- PFL - Partido da Frente Liberal
- PGT – Partido Geral dos Trabalhadores
- PHS – Partido Humanista da Solidariedade
- PL - Partido Liberal
- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PMN – Partido da Mobilização Nacional
- PPB - Partido Progressista Brasileiro
- PPS - Partido Popular Socialista
- PRN – Partido da Reconstrução Nacional
- PRONA – Partido Reedificação da Ordem Nacional
- PRP – Partido Republicano Progressista
- PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
- PSB - Partido Socialista Brasileiro
- PSC - Partido Social Cristão
- PSD - Partido Social Democrático
- PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
- PSDC – Partido Social Democrata Cristão
- PSL – Partido Social Liberal
- PST – Partido Social Trabalhista
- PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
- PT - Partido dos Trabalhadores
- PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
- PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
- PTN – Partido Trabalhista Nacional
- PV – Partido Verde